



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SECRETARIA DE GOVERNO

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

**1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

Contratação de empresa especializada para realização de um Rodeio Country, compreendendo toda infraestrutura (arquibancadas, camarotes, arena, sonorização para rodeio, locução, show piro musical e pirotécnico) a ser realizado entre os dias 20 a 23/03/2026, no município de Caçador/SC, no Parque das Araucárias.

**2. PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 27/11/2025 A 22/01/2026**

**3. METODOLOGIA APLICADA:**

O valor de referência foi aferido por meio de:

- ( ) Média  
( ☒ ) Mediana  
( ) Menor Preço  
( ) Outra

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o Artigo 60 do Decreto 10.792, de 22 de março de 2023, do Município de Caçador.

( ) I – Painel de Preços (<http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>);

(☒) II – Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

Objeto	Und	Contratante (Nome /UASG)	Número da licitação	VALOR
Contratação De Empresa Especializada Na Produção Organização E Realização De Um Rodeio Country, Com Fornecimento De Materiais, Equipamentos E Mão De Obra Compreendendo Toda Infraestrutura, (Organização E Estrutura Geral, Arquibancadas, Camarotes, Arena De Rodeio (Com Gta De Animais, Bretes, Os Animais, Os Peões Para Realização Do Evento, Premiações	Serviço	Município De Palhoça-Sc	Pregão Eletrônico N° 39/2025/Pmp, Contrato De Prestação De Serviços N.O 134/2025	R\$ 175.500,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Para Os Ganhadores Sonorização, Locução, Show Piro Musicais E Pirotécnico), Shows Artísticos Culturais E Praça De Alimentação) A Ser Realizado Nos Dias 19, 20 E 21 De Abril De 2025, No Bairro Nova Palhoça, Em Comemoração Ao Aniversário Do Município De Palhoça/Sc				
Contratação De Empresa Especializada Para A Realização De Um Rodeio Country, Compreendendo Toda Infraestrutura (Arquibancadas, Camarotes, Arena, Sonorização Para Rodeio, Locução, Show Piro Musical E Pirotécnico) Toda Infraestrutura E Demais Serviços Necessários Para A Realização Da 1a Festa Do Canudinho De Abóbora, A Ser Realizada Nos Dias 18, 19 E 20 De Julho De 2025 No Município De Major Vieira.	Serviço	Município De Major Vieira-Sc	Processo Licitação N° 037/2025 Pregão Eletrônico N° 026/2025 Contrato N° 039/2025	R\$ 103.999,90
Contratação De Empresa Especializada Em Organização E Produção De Eventos, Organização E Realização De Rodeio Country Com Montaria Em Touros E Infraestrutura Completa, E Sonorização	Serviço	Prefeitura Municipal De Ventania-Pr	Pregão Eletrônico No 5/2025 Contrato No 57/2025	R\$ 239.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Profissional. Para Realização Da Festa De Aniversário Do Município De Ventania/Pr, Nos Dias 10, 11, 12 E 13 De Maio De 2025				
Contratação De Empresa Especializada Para Realização De Rodeio Country No Município De São Pedro Do Iguaçu/Pr Nos Dias 10,11,12 De Outubro Do 2025 Para A 4ª Edição Da Expospi	Serviço	Prefeitura Municipal De São Pedro Do Iguaçu-Pr	Processo Administrativo Nº 167/2025  Pregão Eletrônico Nº 094/2025  Contrato 069/2025	R\$ 165.000,00
Contração De Empresa Especializada Para A Realização De Rodeio Country, Com Fornecimento De Toda A Infraestrutura, Sonorização, Iluminação, Equipamentos De Segurança, Profissionais, Habilitações Legais, Premiações E Demais Itens Descritos No Termo De Referência, Necessários Para A Realização Do Evento.	Serviço	Prefeitura Municipal De Rio Negrinho-Sc	Processo Licitação Modalidade Pregão Eletrônico No 038/2025  Homologado Em 02/07/2025 Contrato No 126/2025	R\$ 138.600,00

( ) III – Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

( **X** ) IV – Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciam em mais de 06 (seis) meses.

Objeto	Fornecedor (Nome e CNPJ)	Data do Orçamento/Cotação	VALOR
Contratação de empresa especializada para realização de um Rodeio Country, compreendendo toda infraestrutura (arquibancadas, camarotes, arena, sonorização para rodeio, locução, show piro musical e pirotécnico a ser realizado entre os dias 20 a 23/03/2026, no município de Caçador/SC, no Parque das Araucárias.	DM EMPREENDIMENTOS CNPJ 44.562.381/0001-78	10/12/2025	R\$ 220.000,00
Contratação de empresa especializada para realização de um Rodeio Country, compreendendo toda infraestrutura (arquibancadas, camarotes, arena, sonorização para rodeio, locução, show piro musical e pirotécnico a ser realizado entre os dias 20 a 23/03/2026, no município de Caçador/SC, no Parque das Araucárias.	DONNA LU CNPJ:26.629.937/0001-14	10/12/2025	R\$ 205.000,00
Contratação de empresa especializada para realização de um Rodeio Country, compreendendo toda infraestrutura (arquibancadas, camarotes, arena, sonorização para rodeio, locução, show piro musical e pirotécnico a ser realizado entre os dias 20 a 23/03/2026, no município de Caçador/SC, no Parque das Araucárias.	CIRCUITO RODEIO SHOW CNPJ 34 .602.689/0001-46	10/12/2025	R\$ 210.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

5. ANÁLISE DA PESQUISA:

Nº	Fonte da Pesquisa	Descrição	Valor (R\$)	Ordem Crescente	Observação
1	MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA - SC	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE UM RODEIO COUNTRY, COMPREENDENDO TODA INFRAESTRUTURA (ARQUIBANCADAS, CAMAROTES, ARENA, SONORIZAÇÃO PARA RODEIO, LÓCUÇÃO, SHOW PIRO MUSICAL E PIROTÉCNICO) TODA INFRAESTRUTURA E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA 1ª FESTA DO CANUDINHO DE ABÓBORA, A SER REALIZADA NOS DIAS 18, 19 E 20 DE JULHO DE 2025 NO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA	R\$ 103.999,90	1º	PNCP
2	MUNICIPIO DE RIO NEGRINHO- SC	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM FORNECIMENTO DE TODA A INFRAESTRUTURA, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, PROFISSIONAIS, HABILITAÇÕES LEGAIS,	R\$ 138.600,00	2º	PNCP



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

		PREMIAÇÕES E DEMAIS ITENS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO.			
3	MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU - PR	Contratação de empresa especializada para realização de Rodeio Country no Município de São Pedro do Iguaçu/PR nos dias 10,11,12 de outubro do 2025 para a 4ª edição da EXPOSPI	R\$ 165.000,00	3º	PNCP
4	MUNICIPIO DE PALHOÇA-SC	Contratação de empresa especializada na produção organização e realização de um Rodeio Country, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA compreendendo toda infraestrutura, (Organização e Estrutura Geral, arquibancadas, camarotes, arena de rodeio (com GTA de animais, bretes, os animais, os peões para realização do evento, premiações para os ganhadores sonorização, locução, show piro musicais e pirotécnico), shows artísticos culturais e praça de alimentação) a ser realizado nos dias 19, 20 e 21 de abril de 2025, no bairro Nova Palhoça, em comemoração ao aniversário do município de Palhoça/SC	R\$ 175.500,00	4º	PNCP
5	DONNA LU CNPJ:26.629.937/0001 -14	Contratação de empresa especializada para	R\$ 205.000,00	5º	Cotação direta



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

		realização de um Rodeio Country, compreendendo toda infraestrutura (arquibancadas, camarotes, arena, sonorização para rodeio, locução, show piro musical e pirotécnico a ser realizado entre os dias 20 a 23/03/2026, no município de Caçador/SC, no Parque das Araucárias.			
6	CIRCUITO RODEIO SHOW CNPJ 34 .602.689/0001-46	Contratação de empresa especializada para realização de um Rodeio Country, compreendendo toda infraestrutura (arquibancadas, camarotes, arena, sonorização para rodeio, locução, show piro musical e pirotécnico a ser realizado entre os dias 20 a 23/03/2026, no município de Caçador/SC, no Parque das Araucárias.	210.000,00	6º	Cotação direta
7	DM EMPREENDEIMENTOS CNPJ 44.562.381/0001-78	Contratação de empresa especializada para realização de um Rodeio Country, compreendendo toda infraestrutura (arquibancadas, camarotes, arena, sonorização para rodeio, locução, show piro musical e pirotécnico a ser realizado entre os dias 20 a 23/03/2026, no município de Caçador/SC, no Parque das Araucárias.	R\$ 220.000,00	7º	Cotação direta
8	MUNICIPIO DE VENTANIA-PR	Contratação de empresa	R\$ 239.000,00	8º	PNCP



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

		especializada em organização e produção de eventos, organização e realização de rodeio country com montaria em touros e infraestrutura completa, e sonorização profissional. Para realização da festa de aniversário do município de Ventania/PR, nos dias 10, 11, 12 e 13 de maio de 2025			
--	--	---	--	--	--

Considerando que o conjunto de dados é composto por 8 (oito) valores, a mediana corresponde à média aritmética simples entre o 4º e o 5º valores da série ordenada, conforme metodologia estatística aplicada à estimativa de preços:

Mediana =  
(R\$ 175.500,00 + R\$ 205.000,00) / 2

**Mediana = R\$ 190.250,00**

A opção pela mediana, em detrimento da média aritmética simples, justifica-se pelo fato de o conjunto de preços apresentar variação significativa, o que poderia resultar em distorções caso fossem considerados valores extremos. A mediana reduz a influência desses valores, refletindo de forma mais equilibrada os preços praticados no mercado para contratações de natureza e complexidade semelhantes.

Dessa forma, o valor de referência estimado para a contratação foi fixado em R\$ 190.250,00, por representar de maneira mais fiel, razoável e prudente a realidade de mercado, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Objeto	Unidade	Qtde	VALOR TOTAL ESTIMADO
Contratação de empresa especializada para realização de um Rodeio Country, compreendendo toda infraestrutura (arquibancadas, camarotes, arena, sonorização para rodeio, locução, show piro musical e pirotécnico) a	SERVIÇO	1	R\$ 190.250,00





**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR**

ser realizado entre os dias 20 a 23/03/2026, no município de Caçador/SC, no Parque das Araucárias.			
--	--	--	--

A documentação comprobatória que compõem a Pesquisa de Preços, segue anexa a este relatório.

Caçador, 23 Janeiro de 2026



Assinado de forma digital  
por NEIDE  
MENEGOTTO:06366203954  
Dados: 2026.01.23 18:34:09  
-03'00'

NEIDE MENEGOTTO  
MATRICULA Nº 21374



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 134/2025

Contrato que entre si celebram o Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com endereço na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Turismo Senhor, **ALBERTO PRIM**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa **KOWALSKI PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI**, estabelecida na Avenida Porto Alegre D, nº 427D, Centro, Sala 708, Bairro: Centro, CEP: 89.802-130, Cidade: Chapecó/SC, Registrada no CNPJ sob o nº. 34.602.689/0001-46, neste ato representada por seu representante legal Senhor Douglas Majeki dos Santos, inscrito no CPF: 081.501.429-59, Sócio Administrativo, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do processo **Pregão Eletrônico nº 39/2025/PMP**, homologado em 14/04/2025, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 14.133/2021, ao edital antes citado, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a *“Contratação de empresa especializada na produção organização e realização de um Rodeio Country, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA compreendendo toda infraestrutura, (Organização e Estrutura Geral, arquibancadas, camarotes, arena de rodeio (com GTA de animais, bretes, os animais, os peões para realização do evento, premiações para os ganhadores sonorização, locução, show piro musicais e pirotécnico), shows artísticos culturais e praça de alimentação) a ser realizado nos dias 19, 20 e 21 de abril de 2025, no bairro Nova Palhoça, em comemoração ao aniversário do município de Palhoça/SC,”* conforme especificações contidas no Edital Convocatório e seus anexos.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1. Fazem parte deste Contrato independentemente de transcrição os seguintes documentos: Proposta da Contratada, **Edital Pregão n.º 39/2025**, seu Termo de Referência e demais anexos, além das normas e instruções legais vigentes, que lhe sejam aplicáveis.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1. O preço unitário é o constante na ordem de compra.
- 3.2. **Formam os serviços contratados R\$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais).**
- 3.3. Da liquidação
  - 3.3.1. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias para fins de liquidação.
  - 3.3.2. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
  - 3.3.3. Os valores para faturamento serão os valores negociados após efetivação dos lances pela proponente vencedora.
  - 3.3.4. A fatura/nota fiscal deverá ser emitida, em nome da Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

3.3.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal/fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, a título exemplificativo:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- g) observar as regras de retenção de Imposto de Renda dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, bem como do Decreto Municipal nº 3.242/2023. Os documentos emitidos em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

3.3.7. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

3.3.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

3.3.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme segue:  
I - A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - A regularidade perante a Justiça do Trabalho.

3.3.10. A Administração deverá verificar:

- a) validade das Certidões Negativas de Débitos elencadas no parágrafo anterior;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- c) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

3.3.11. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

3.3.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

3.3.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

3.3.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

3.4. Do prazo de pagamento

3.4.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo servidor que recebeu os serviços, sendo identificada e efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP;

3.4.2. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

365

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

OBS.: O índice a ser utilizado será o mesmo eleito para cálculo dos reajustes contratuais, INPC - Índice Geral de Preços ao Consumidor.

3.4.3. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

3.5. Forma de pagamento

3.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

3.5.2. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES;

3.5.3. A nota fiscal deverá vir obrigatoriamente com o valor de retenção de imposto de renda destacado, conforme Decreto Municipal nº 3242/2023 e IN 002/2023/SMF;

3.5.4. Os fornecedores isentos de retenção de imposto de renda deverão encaminhar a Nota Fiscal acompanhada da declaração de isenção, conforme estabelecido no ANEXO II, da IN 002/2023/SMF;

3.6. Os itens recebidos fora das especificações do objeto não serão considerados, e por consequência, não haverá pagamento até que o problema seja sanado.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS**

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento da Secretaria Municipal de Turismo, pelo elemento:

**“349”33.1.2156.150070000142.3.3390.3923.0000000000**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. A prestação dos serviços terá início a partir do recebimento da ordem de compras expedida pela Secretaria de Administração;

5.2. Os prazos para início serão os estipulados no Termo de Referência (Anexo II);

5.3 Os locais e horários para prestação dos serviços serão os estipulados no Termo de Referência (Anexo II).

#### **CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

6.1. Em conformidade com o artigo 140 da lei 14.133/21, o recebimento do objeto da presente licitação será de responsabilidade da Secretaria solicitante;

6.2. Caso a prestação de serviços não ocorra no prazo determinado, estará à Contratada incorrendo em atraso do serviço e sujeita à aplicação das sanções prevista no edital e seus anexos;

6.3. Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á termo de recebimento definitivo, assinado por responsável designado pelo Município de Palhoça, o qual poderá ser substituído pela atestação no verso da nota fiscal;

6.4. Após a entrega da Ordem de Compra, será designado, conforme o caso, um servidor, com autoridade para exercer, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

6.5. O responsável designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

#### **CLÁUSULA SETIMA – DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E/OU REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS**

7.1. Do Reequilíbrio Econômico – Financeiro:

7.1.1. O reequilíbrio econômico e financeiro pode se dar na forma de:

Revisão de contrato ou reequilíbrio econômico e financeiro em sentido estrito;

Reajustamento de Preços;

Repactuação de Preços;

Atualização Monetária;

**7.1.2. Com relação ao pedido de reequilíbrio econômico da Ata de Registro de Preços:**

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro pode ser solicitado a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que comprovadas as causas do desequilíbrio contratual, e desde que presentes os seguintes requisitos:

comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;

o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;

o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa da Contratada;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

o efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da Contratada e a retribuição devida pela Contratante; V- restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos da Contratada que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;

VI- o efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

**Parágrafo único** - Caso o objeto licitado possua insumos/matérias-primas atrelados à moeda estrangeira, será de responsabilidade da Contratada a previsão do custo do seguro cambial na formação do seu preço, visando à mitigação dos riscos da variação de preços das commodities, assim como dos insumos/matérias-primas empregados na fabricação do bem, não sendo aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes das referidas variações.

7.1.2.2. No tocante aos preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na Lei n.º 14.133 de 01/04/2021.

7.1.2.3. O prazo para tramitação do processo de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias a contar da data em que for protocolada a solicitação, que deve estar devidamente justificada, juntamente com os elementos que comprovam o aumento do custo do produto, como notas fiscais, planilha de custo, tabela de preços de órgãos oficiais.

7.1.2.4. A justificativa deverá estar de acordo com a legislação, fundamentada acerca da existência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando a álea econômica extraordinária e extracontratual.

7.1.2.5. Neste período a empresa deverá continuar atendendo as Ordens de Compra com os valores inicialmente registrados na licitação.

7.1.2.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

7.1.2.7. A elevação dos preços de alguns produtos e/ou insumos, motivada por variação cambial regular, mercados suscetíveis às variações climáticas, entressafra, alta de matéria-prima, (fatores sazonais) não constitui fato superveniente capaz de alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por tratarem de fatores previsíveis, portanto já considerados na elaboração do preço proposto. Assim sendo, a sazonalidade, a variação do preço de mercado, efeitos causados por pandemias não são fatos que ensejam o direito ao reequilíbrio econômico. Bem como, a diminuição do retorno a ser granjeado pelo particular (LUCRO), NÃO GERA O DIREITO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO. Apenas gera Reequilíbrio um fato imprevisível de consequências incalculáveis, desde que seja verificado que o evento seja futuro e incerto; o evento ocorra após a apresentação da proposta e seja comprovado o desequilíbrio.

7.1.2.8. Para a revisão de preços, a Contratada deverá comprovar a variação dos custos, por meio de documentos, bem como de planilhas comparativas, entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido, evidenciando o aumento ocorrido nos preços e que se tornou inviável as condições inicialmente pactuadas.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

7.1.2.9. Para a solicitação de Reequilíbrio Econômico a contratada deverá entregar o pedido de reequilíbrio, contendo as seguintes informações:

Nome da empresa, endereço completo e CNPJ;

Número do Processo Licitatório, Contrato e Ano;

Pedido inicial por parte da contratada descrevendo toda situação do ocorrido informando quais itens necessita de análise, bem como embasamento no ordenamento jurídico e reportagens extraídas de páginas eletrônicas confiáveis que corroborem a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito;

Planilha aberta contemplando detalhadamente dos valores que deram base para a formação de preços na época da proposta;

Planilha aberta contemplando detalhadamente dos valores atuais apontando os itens em desequilíbrio;

Planilha comparativa do custo dos itens constantes da proposta contratada com a planilha de custos que acompanha o pedido de reequilíbrio indicando o valor que a empresa busca a ser reequilibrado pela administração;

Documentação comprobatória da ocorrência do evento que produziu o desequilíbrio entre os custos estimados e os efetivamente existentes, tais como:

Notas fiscais da época da proposta e do momento da solicitação (deverá constar a mesma marca, quantidade aproximada e fornecedor do produto indicada na proposta comercial da licitação, dispensa ou inexigibilidade);

Lista de preços de fabricantes;

Escriturações fiscais e contábeis entre outros.

7.1.2.10. Poderá o Setor de Contratos e Aditivos solicitar outros documentos que a administração entender pertinentes a depender do caso concreto, para verificação dos valores solicitados e aprovação. Não será analisado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro quando o requerimento foi instruído somente com notas fiscais do período entre a elaboração da proposta e o pedido de revisão, sem que seja demonstrado de forma clara e precisa o fato imprevisível ou previsível, mas de conseqüências incalculáveis, justificador da revisão.

7.1.2.11. Durante o período de análise, a Contratada deverá cumprir as ordens de compra emitidas e encaminhadas para a empresa ANTES de protocolado o pedido de reequilíbrio. Caso a empresa não cumpra com suas obrigações, será aberto processo administrativo para aplicação.

7.1.2.12. Para a verificação dos fatos a administração irá elaborar novo orçamento dos itens solicitados. O orçamento atualizado deverá conter as mesmas fontes de pesquisa utilizada para a elaboração do Orçamento de Referência do Processo Licitatório. Caso não seja possível, será utilizado orçamentos fornecidos por estabelecimentos da região e/ou Fonte de Preços. Os orçamentos devem seguir o padrão de pesquisa para formação de preços.

Será aplicado o mesmo desconto de licitação dado pela empresa sobre o orçamento atualizado;

7.1.2.14. Caso o valor do item reequilibrado esteja inferior ao Orçamento de Referência a administração comunicará sua manifestação via Ofício indeferindo o pedido da empresa. A mesma não será liberada de seu compromisso e deverá atender todas as Ordens de Compra.

7.1.2.15. Caso o valor do item reequilibrado esteja superior ao Orçamento de Referência a administração irá analisar cada caso individualmente e poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação das penalidades desde que cumpridas as Ordens de Compra em aberto antes do pedido.

7.1.2.16. A administração poderá se valer de outras formas de análise para verificação da variação do item tais como índices divulgados por órgão oficiais.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

7.1.2.17. A mera oferta de preços inexequíveis no momento do certame não autoriza a realização de reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

**7.1.2.18. Reequilíbrio econômico-financeiro em caso de obras e serviços de engenharia**

7.1.2.19. Quando se tratar de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro em contratos de obras e serviços de engenharia o pedido deverá ser solicitado na data de ocorrência do fato gerador, haja vista os requisitos ensejadores e necessários de comprovação.

7.1.2.20. A contratada deverá protocolar na Secretaria solicitante, o pedido de reequilíbrio do item no mês de compra ou execução do mesmo, pois na análise será considerado o custo referencial do item no mês da proposta e o custo referencial no mês do pedido protocolado pela empresa.

7.1.2.21. Para os pedidos em que o contratado não executou o item no mês que protocolou o pedido, será considerado para verificar a variação do item o custo referencial do item no mês da proposta e o custo referencial nos meses em que houver medição do item.

7.1.2.22. Contratos de obras a qual as medições já foram finalizadas e entregues não cabe pedido de reequilíbrio econômico financeiro.

A contratada deverá protocolar o pedido de reequilíbrio, contendo as seguintes informações:

Nome da empresa, endereço completo e CNPJ;

Número do Processo Licitatório, Contrato e Ano;

7.1.2.23.3. Pedido inicial por parte da contratada descrevendo toda situação do ocorrido informando quais itens necessita de análise, bem como embasamento no ordenamento jurídico e reportagens extraídas de páginas eletrônicas confiáveis que corroborem a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito;

7.1.2.23.4. Planilha aberta contemplando detalhadamente os valores que deram base para a formação de preços na época da proposta e os custos atuais da empresa apontando os itens em desequilíbrio, indicado o valor que a empresa busca a ser reequilibrado pela administração;

7.1.2.23.5. Para os itens apontados que estão em desequilíbrio a contratada deverá apresentar documentação comprobatória da ocorrência do evento entre os custos estimados e os efetivamente existentes, tais como:

Notas fiscais da época da proposta e do momento da solicitação (deverá constar a mesma marca, quantidade aproximada e fornecedor do produto indicada na proposta comercial da licitação, dispensa ou inexigibilidade);

Lista de preços de fabricantes;

Escriturações fiscais e contábeis entre outros;

Tabela do Sistema de Referência de Preço (SINAPI, SICRO, BNDES).

7.1.2.24. Poderá o Setor de Contratos e Aditivos solicitar outros documentos que a administração entender pertinentes a depender do caso concreto, para verificação dos valores solicitados e aprovação.

7.1.2.25. Não será analisado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro quando o requerimento não apresentar a documentação comprobatória necessária do ocorrido.

7.1.2.26. No caso de Reequilíbrio Econômico, este deverá seguir as diretrizes da Planilha de composição orçamentária utilizada para formulação de preço pela prefeitura baseada nos sistemas de referência de preço (SINAPI, SICRO, BNDES). O impacto financeiro a ser considerado no cálculo do reequilíbrio é a diferença entre a variação do custo referencial no mês da proposta e o custo referencial no mês do pedido de reequilíbrio protocolado pelo contratado excluindo-se o lucro referencial do BDI.

A equação a ser utilizada é representada na seguinte fórmula: Onde:

CSMP = Custo Sinapi mês da proposta





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

CSMPE = Custo Sinapi Mês Protocolo da Empresa V= Porcentagem de Variação do Custo.

CC = Custo Contratual R1= Custo Reequilibrado

R = Custo de Recomposição

RBDI – Lucro = Custo de Recomposição com BDI – lucro QR = Quantidade Remanescente

V Reequilibrio = Valor a ser Reequilibrado

Para a Variação dos Custos considerar o custo referencial Sinapi as datas estipuladas sem a incidência do BDI:

Custo Sinapi no (mês/ano) da Proposta = CSMP

Custo Sinapi no (mês/ano) do Pedido protocolado pela empresa = CSMPE

Cálculo da Variação:

$V = (CSMPE - CSMP) / CSMP$

V = Porcentagem de variação do custo.

Aplicar V sobre o Custo Contratual (CC) (sem BDI) para obter o Custo Reequilibrado (R1)  $R^1$   
 $= CC * (1 + V)$

R1= Custo Reequilibrado

A diferença entre o Custo Reequilibrado (R<sup>1</sup>) e o Custo Contratual (CC) representa o Custo de Recomposição (R):

$R = R1 - CC$

R = Custo de Recomposição

Descontar o lucro na equação do BDI referencial da proposta. A Multiplicação do Custo de Recomposição (R) sobre o BDI – lucro representará o Custo de Recomposição com BDI – lucro (RBDI – Lucro)

$RBDI - Lucro = R * BDI - Lucro\%$

RBDI – Lucro = Custo de Recomposição com BDI – lucro

O Custo de Recomposição com BDI - lucro (RBDI – Lucro) multiplicado pela Quantidade Remanescente (QR) representará o Valor a ser Reequilibrado (VReequilibrio).

$VReequilibrio = QR * RBDI - Lucro$  VReequilibrio = Valor a ser Reequilibrado

7.1.2.28. A administração somente irá analisar os pedidos nos quais a porcentagem de variação seja maior que o Lucro Referencial estabelecido no item.

7.1.2.29. Considerando o princípio da economicidade, se o valor do cálculo da contratada ficar abaixo do cálculo do Município de Palhoça, o valor a ser adotado será o apresentado pela Contratada.

7.1.2.30. Quando o desequilíbrio comprovadamente for positivo, será aplicado sobre o saldo Remanescente Contratual do item na data de protocolo do pedido, ou quando for o caso, quando houver medição do item.

7.1.2.31. Concedido reequilíbrio econômico-financeiro de todos os itens do contrato, inicia-se novo prazo para contagem de reajuste ou reequilíbrio futuro. Significa dizer que novo prazo começa a contar por inteiro para o próximo procedimento de reajuste ou reequilíbrio cabível na data que foi concedido o reequilíbrio.

7.1.2.32. Na hipótese de somente alguns itens serem reequilibrados e o contrato vir a sofrer um reajuste, os itens reequilibrados serão expurgados para fins do cálculo de reajuste, evitando assim a sobreposição de parcelas concedidas, da mesma forma nos casos em que o contrato sofrer reajuste antes de concedido um Reequilíbrio, esta porcentagem deverá ser expurgada do cálculo para que não haja sobreposição de pagamento.

7.1.2.33. Ao receber o pedido de reequilíbrio a administração terá o prazo de 30 dias para fazer a análise, contados a partir da disponibilidade da Tabela de Referencia de Preços do mês do pedido e encaminhar uma resposta à contratada. Durante esse período de análise, a contratada



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

não poderá paralisar os serviços. Caso a contratada não cumpra com suas obrigações, será aberto processo administrativo para aplicação das penalidades previstas em lei.

## **7.2. Do reajuste:**

7.2.1. Os contratos com vigência menores de 12 meses (365 dias), não poderão sofrer reajustes, sendo os preços irrevogáveis.

7.2.2. Os contratos somente podem sofrer reajustamento de preços se tiver prazo de duração superior a 12 (doze) meses. As Atas de Registro de Preços poderão ser reajustadas no momento de sua prorrogação, após 12 meses de vigência. O índice utilizado para obras e serviços de engenharia é o INCC/DI – Índice Nacional da Construção Civil – Disponibilidade Interna. O índice utilizado para os contratos de fornecimento de bens/prestação de serviços comuns é o INPC - Índice Geral de Preços ao Consumidor.

7.2.3. A periodicidade para efeito de reajuste de preços será contada a partir da data do orçamento estimado, até um ano posterior a este orçamento, devendo seu termo estar fixado no contrato e será aplicada das seguintes formas:

No caso do contrato sofrer mais de uma prorrogação e gerar o direito de reajustamento, a periodicidade será contada a partir da data do último reajuste concedido; Se o mesmo sofreu atualização monetária antes de sua execução a data para o próximo reajustamento será a data da atualização monetária;

No caso de o contrato sofrer reequilíbrio econômico em sua totalidade, a periodicidade anual do reajuste passará a ser a data da aplicação do reequilíbrio, ou seja, será concedido após 12 meses do reequilíbrio;

No caso de reequilíbrio parcial dos itens do contrato/Ata, estes serão suprimidos do cálculo de reajuste anual, do período a anual a qual sofreu o reajustamento.

7.2.4. Quando houver atraso na entrega do objeto ou na execução dos serviços por culpa da contratada, e que por isso gerou a prorrogação por prazo do contrato, o reajuste não será devido e nem obrigatório pelo Município de Palhoça;

7.2.5. O reajuste somente será concedido mediante o pedido da empresa. Se a contratante aceitar a prorrogação/renovação de contrato, sem o pedido de reajuste, este não será concedido e portanto, a contratada não terá direito ao reajuste do período.

7.2.6. Se a empresa até o término do contrato ou da obra não solicitou pedidos de reajuste o mesmo terá seu direito precluso;

7.2.7. A contratada deverá efetuar a medição parcial dos serviços na data de aniversário do direito de reajuste, de modo a identificar, claramente, quais os serviços que foram executados antes e depois da referida data. Somente os serviços que forem realizados a partir da data de aniversário terão direito ao reajuste; Ex: A data do orçamento é 20/05/2021 terá direito ao reajuste ao final de 12 meses do orçamento, ou seja 20/05/2022, isso significa dizer que as medições apresentadas até o dia 20/05/2022 não serão reajustadas, e a aplicação do reajuste acontecerá do período de 20/05/2021 à 20/05/2022 e será aplicado a partir da próxima medição após 20/05/2022.

7.2.8. O Município de Palhoça se reserva o direito no acréscimo ou supressão sobre a variação das quantidades, atendendo as suas necessidades, sobre o objeto da presente licitação, nos termos da lei e suas alterações.

## **7.3. Da repactuação contratual:**

7.3.1. Na forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado,



e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra, ou seja, na composição dos valores referenciais deve estar descrito a convenção ou dissídio coletivo de trabalho utilizado.

7.3.2. O direito a repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo do trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra. Os demais itens e custos do processo que compõe a planilha de custo seguiram as regras do reajustamento de contrato e o índice definido em contrato.

7.3.3. **Parágrafo Único:** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos e trabalho das categorias envolvidas na contratação.

7.3.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

7.3.5. A repactuação de preços deverá ser pleiteada pela contratada até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o termo final da vigência contratual, sob pena de ocorrer a preclusão lógica de exercer o seu direito.

7.3.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.3.7. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo Máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação.

7.3.8. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas conforme descrito em aditivo de contrato/apostila mento acordado entre as partes.

#### **7.4. Da atualização monetária:**

Quanto a Atualização Monetária do contrato, fica estabelecido que:

7.4.1.1. A atualização monetária é devida em razão do processo inflacionário e da desvalorização da moeda, quando a proposta ultrapassar o prazo legal estabelecido em edital, dessa forma a contratante antes da assinatura do contrato se o prazo for ultrapassado a contratada poderá solicitar a atualização.

7.4.1.2. O índice utilizado deverá ser o estabelecido no contrato e se houver a atualização monetária do mesmo, a data para futuro reajustamento se contará a partir desta atualização.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

8.1. Entregar o objeto licitado em prazo não superior ao máximo estipulado no Edital e seus anexos. Caso a entrega não seja realizada dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida no edital.

8.2. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do produto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

8.3. Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade do serviço.

8.4. Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

- 8.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Palhoça.
- 8.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;
- 8.7. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referidas aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Palhoça;
- 8.8. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Palhoça ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 8.9. A CONTRATADA não será responsável:
- 8.9.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- 8.9.2. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos no edital e no Contrato a ser assinado com o Município de Palhoça.
- 8.10. O Município de Palhoça não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- 8.11. Toda direção artística e técnica do evento, formato de show, participações especiais, antes e durante o show, presenças convidadas no palco, principalmente aquelas de cunho político ou partidário.
- 8.12. É facultado aos Contratados, caso queira, livre de qualquer ônus, a comercialização dos produtos no local do evento.
- 8.13. No caso de não apresentação pela ausência do Contratado em virtude de casos alheios a sua vontade, tais como, enfermidades, acidentes de parentes diretos, impossibilidades de acesso ao local do evento, inclusive por falta de condições atmosféricas que permitam pouso e/ou decolagem de aeronaves, falha mecânica de veículos de transporte da equipe e/ou equipamentos, os valores pagos pela Contratante a Contratada, deverão ser devolvidos integralmente ao Contratante.
- 8.14. Os valores de todas as despesas decorrentes das obrigações executivas tanto do Contratante, quanto do Contratado, serão de responsabilidade da parte determinada, cabendo à ela tanto a contratação quanto à obrigação de pagamentos.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 9.1. O Município de Palhoça, depois de empenhada e encaminhada a Ordem de Compra, compromete-se a:
- 9.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- 9.1.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal;
- 9.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- 9.1.4. Rejeitar, em todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa;



9.1.5. Comunicar as empresas, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para correção das falhas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

- 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 10.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.3.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.4.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.4.1.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.4.2.** Deixar de apresentar amostra;
- 10.1.4.3.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.5.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.5.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.7.** Fraudar a licitação;
- 10.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.8.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.8.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.8.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1.** Advertência;
- 10.2.2.** Multa;
- 10.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4.** Multas (que deverão ser recolhidas em favor do Município de Palhoça):
- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso/com defeito em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso/com defeito, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

**13.4.1.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**TABELA 1**

GRAU CORRESPONDÊNCIA	
01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**TABELA 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
03	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
05	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
06	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
07	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência	03



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

	formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	
08	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
09	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

**10.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**10.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**10.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**10.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**10.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**10.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**10.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**10.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

**10.15. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**10.15.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

- a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA**

- 11.1. Neste contrato, são conferidas ao Município de Palhoça as prerrogativas de:
  - 11.1.1. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da contratada;
  - 11.1.2. Rescindi-lo, unilateralmente, nas hipóteses da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA;
  - 11.1.3. Aplicar as penalidades previstas pela a inexecução total ou parcial do ajustado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

- 12.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no capítulo VII da Lei 14.133/21, com as devidas justificativas e após aprovação prévia pelo Município de Palhoça.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 13.1. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021 ensejará a extinção do contrato;
- 13.2. A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no art. 138, inciso I, II e III e estará sob as consequências determinadas pelo art.139, todos da Lei n.º 14.133/2021;
- 13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- 13.4. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão atualizados pelo IPCA, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência;





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

13.5. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando dele fazer parte;

13.6. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

14.1. Este contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo válido até 31/12/2025 ou até o recebimento da totalidade dos serviços, o que ocorrer primeiro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

15.1. A gestão e fiscalização de contratos pertinente aos serviços ora contratados, será exercida pela Contratante através de servidor técnico, designado pelo Município de Palhoça, o qual ficará responsável pelo termo de recebimento dos serviços.

15.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.4. As comunicações entre o Município de Palhoça e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.5. O Município de Palhoça poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

15.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

a) o fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

b) identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

c) o fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

d) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

e) o gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

15.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário:

I - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

15.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração:

1) o gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

2) o gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

3) o gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

15.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

15.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

15.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

15.14. A fiscalização da prestação do objeto deste Contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, qual seja a Senhora **LUCIMARA APARECIDA PRIM** (matrícula 401008-01), neste ato denominado Fiscal do respectivo Contrato.

15.15. O gestor deste contrato será o Senhor **ALBERTO PRIM** (matrícula 300007-3) e coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220-0300 CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88 132-900  
Visite nosso site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

16.1. Este contrato vincula as partes ao **Edital de Licitação nº 39/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO** e a proposta da contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Palhoça para dirimir qualquer questão contratual com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

Palhoça, 14 de Abril de 2025.



Assinado eletronicamente por:  
ALBERTO PRIM:45968713968  
CPF: 459.687.139-68  
EM: 14/04/2025 18:46:12



Documento assinado digitalmente  
DOUGLAS MAJESKI DOS SANTOS  
Data: 14/04/2025 18:24:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ALBERTO PRIM**  
Secretário Municipal de Turismo  
**CONTRATANTE**

**KOWALSKI PROMOÇÃO DE**  
**EVENTOS EIRELI**  
CNPJ: 34.602.689/0001-46  
**CONTRATADO**



# Prefeitura de Major Vieira

Secretaria Municipal de Administração  
Departamento de Licitações

CONTRATO N° 039/2025

**CONTRATO PARA ESTRUTURA DA 1º FESTA DO CANUDINHO DE ABOBORA, QUAL CELEBRAM O MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA E A EMPRESA KOWALSKI PROMOCÃO DE EVENTOS EIRELI.**

## PREÂMBULO - DAS PARTES CONTRATANTE:

No dia 17/06/2025, de um lado o MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.392/0001-27, com sede na Travessa Otacílio Fernandes de Souza, 210, Centro, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA, brasileira, residente e domiciliado no município de Major Vieira/SC, portadora do CPF n.º 003.912.059-78 e RG n.º 3.753.928 SSP/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **KOWALSKI PROMOCÃO DE EVENTOS EIRELI**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 34.602.689/0001-46 com sede à AV: PORTO ALEGRE, Nº 427, SALA 708, cidade de CHAPECÓ/SC, neste ato representada por Sr.

DOUGLAS MAJEKI DOS SANTOS, brasileiro, sócio administrativo, inscrito no CPF n.º 081.501.429-59, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, pactuam o presente contrato, que se regerá pelo art. 79 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir:

## FUNDAMENTO LEGAL:

O presente contrato tem seu fundamento legal no processo licitatório do PREGÃO ELETRÔNICO nº 026/2025, nos termos Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, e demais documentos que integram o processo têm entre si como justo e contratado as seguintes cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1. Tem por objeto este contrato, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE UM RODEIO COUNTRY, COMPREENDENDO TODA INFRAESTRUTURA (ARQUIBANCADAS, CAMAROTES, ARENA, SONORIZAÇÃO PARA RODEIO, LOCUÇÃO, SHOW PIRO MUSICAL E PIROTÉCNICO) TODA INFRAESTRUTURA E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA 1ª FESTA DO CANUDINHO DE ABOBORA, A SER REALIZADA NOS DIAS 18, 19 E 20 DE JULHO DE 2025 NO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA.**

ITEM	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT/R\$	PREÇO TOTAL/R\$
1	ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DE UM RODEIO COUNTRY E TODA INFRAESTRUTURA PARA 18, 19 E 20 DE JULHO DE 2025 COM O CUMPRIMENTO DAS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES OBRIGACIONAIS:  <b>ARQUIBANCADAS:</b> MONTADAS DE FORMA A GARANTIR E COMPORTAR A REALIZAÇÃO DO EVENTO, COM AVANÇADO E SEGURO SISTEMA DE ENCAIXE GARANTINDO A SEGURANÇA DOS ESPECTADORES, COM METRAGEM MÍNIMA DE 60 (	SERVIÇO	01	R\$ 103.999,90	R\$ 103.999,90



# Prefeitura de Major Vieira

## Secretaria Municipal de Administração

### Departamento de Licitações

<p>SETENTA ) METROS LINEARES DE COMPRIMENTO, DISPOSTAS COM NO MÍNIMO 6 (SEIS) DEGRAUS, INCLUINDO A PASSARELA COM A LARGURA MINIMA DE 1,44M SENDO AS TÁBUAS DO ASSENTO DE NO MÍNIMO 0,80 (OITENTA) CM DE LARGURA, ESPAÇAMENTO ENTRE O ESPELHO DO DEGRAU DE NO MAXIMO 15CM, QUEBRA DEGRAUS DE 15CM DE ALTURA E 1,20 M, DE LARGURA, AS GRADES DE PROTEÇÃO FRONTAL 1,10M DE ALTURA, LATERAIS 1,10M DE ALTURA, E TRASEIRAS 1,80M DE ALTURA. ESCADA DE ACESSO COM NO MINIMO 2,20M DE LARGURA ANTI DERRAPANTES EM ALUMINIO/FERRO OU SIMILAR. OBS: LAUDO DE PINTURA DAS ARQUIBANCADAS E TESTE DE CARGA; RESISTENCIA MECÂNICA E FLAMBAGEM.</p> <p><b>CAMAROTES:</b> (40 CAMAROTES, DISPOSTOS EM 02 (DOIS) NÍVEIS (ANDARES), COM METRAGEM MÍNIMA DE 2,20 MT X 2,20 MT, ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA EM TENDA PIRAMIDAL LONA ANTI CHAMA, COM ESCADAS DE 2,20MT, DE LARGURA ANTI DERRAPANTES EM ALUMÍNIO / FERRO SIMILAR. MODO A COMPORTAR O NÚMERO MÍNIMO DE DEZ (10) PESSOAS, EM LOCAL QUE POSSIBILITE VISIBILIDADE PRIVILEGIADA DO RODEIO E DAS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS.</p> <p><b>ARQUIBANCADAS:</b> MONTADAS DE FORMA A GARANTIR E COMPORTAR A REALIZAÇÃO DO EVENTO, COM AVANÇADO E SEGURO SISTEMA DE ENCAIXE GARANTINDO A SEGURANÇA DOS ESPECTADORES, COM METRAGEM MÍNIMA DE 60 ( SETENTA ) METROS LINEARES DE COMPRIMENTO, DISPOSTAS COM NO MÍNIMO 6 (SEIS) DEGRAUS, INCLUINDO A PASSARELA COM A LARGURA MINIMA DE 1,44M SENDO AS TÁBUAS DO ASSENTO DE</p>				
--	--	--	--	--



# Prefeitura de Major Vieira

## Secretaria Municipal de Administração

### Departamento de Licitações

<p>NO MÍNIMO 0,80 (OITENTA) CM DE LARGURA, ESPAÇAMENTO ENTRE O ESPELHO DO DEGRAU DE NO MÁXIMO 15CM, QUEBRA DEGRAUS DE 15CM DE ALTURA E 1,20 M, DE LARGURA, AS GRADES DE PROTEÇÃO FRONTAL 1,10M DE ALTURA, LATERAIS 1,10M DE ALTURA, E TRASEIRAS 1,80M DE ALTURA. ESCADA DE ACESSO COM NO MÍNIMO 2,20M DE LARGURA ANTI DERRAPANTES EM ALUMÍNIO/FERRO OU SIMILAR. OBS: LAUDO DE PINTURA DAS ARQUIBANCADAS E TESTE DE CARGA; RESISTÊNCIA MECÂNICA E FLAMBAGEM.</p> <p><b>CAMAROTES:</b> (40 CAMAROTES, DISPOSTOS EM 02 (DOIS) NÍVEIS (ANDARES), COM METRAGEM MÍNIMA DE 2,20 MT X 2,20 MT, ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA EM TENDA PIRAMIDAL LONA ANTI CHAMA, COM ESCADAS DE 2,20MT, DE LARGURA ANTI DERRAPANTES EM ALUMÍNIO / FERRO SIMILAR. MODO A COMPORTAR O NÚMERO MÍNIMO DE DEZ (10) PESSOAS, EM LOCAL QUE POSSIBILITE VISIBILIDADE PRIVILEGIADA DO RODEIO E DAS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS.</p> <p><b>SONORIZAÇÃO</b> PARA O RODEIO SENDO NO MÍNIMO; 2. P.A SENDO TOTAL DE DOZE LINE E DOZE GRAVE, ILUMINAÇÃO BRANCA 10 MÁX. BRUT. 6.000 WATTS CADA NA TRELIÇA, ILUMINAÇÃO COLORIDA 1 STROBOODE DE 3.000 WATTS, 8 BIM ,1 CANHÃO SEGUIDOR DE 1.600 WATTS, 02 (DOIS) LASER VERDE E 2 PAINÉIS DE LED, P10 COM 06 M<sup>2</sup> (SEIS METROS QUADRADOS) 08 POSTES EM ESTRUTURA METÁLICA COM 5 METROS DE ALTURA CADA PARA A DECORAÇÃO DA ARENA.</p> <p><b>SISTEMA DE SOM - PA:</b> 12 LINE ARY 12" 2X DRIVE 750W RMS 8 SUB 2X18" 2400W RMS 1 AMPLIFICADOR 2.500 RMS 1 AMPLIFICADOR 10.000 RMS</p>				
---	--	--	--	--





**Prefeitura de Major Vieira**  
Secretaria Municipal de Administração  
Departamento de Licitações

<p>2 AMPLIFICADORES 15.000 RMS BACKLINE: 4 MONITORES ATIVOS 12" 4 TORRES SLEEN COM SUB 18" + CAIXA 4X6" E DRIVE SISTEMA ATIVOCORPO DE BATERIA CUBO DE GUITARRA 2X12"CUBO DE BAIXO 4X10" 12 MICROFONES COM FIO 02 MICROFONES SEM FIO 12 PEDESTAIS 2 MAN POWER 1 MULTICABO DE ÁUDIO 32 VIAS 2 MESAS DE SOM DIGITAL 32 CANAIS – MIDAS1 PROCESSADOR DE ÁUDIO 1 NOTEBOOK <b>SISTEMA DE CABEAMENTO COMPLETO</b> SISTEMA DE ILUMINAÇÃO: 16 MOVING BEAN 9R 16 MOVING AURA 16 PAR LED RGBWA 4 LED COB 4 MINI BRUT 12 STROBOS SISTEMA PAINEL DE LED 4X3M P4: 18 PLACAS DE PAINEL DE LED P4 INDOOR1 PROCESSADOR 4K 1 NOTBOOK 1 MULTICABO DE REDE 80M E 8 VIAS <b>REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO RODEIO COM NO MÍNIMO; 30 PEÕES;</b> PREMIAÇÃO DO RODEIO DE R\$ 10.000,00 (SETE MIL REAIS), 01 (UM) ASSESSOR DE ARENA, 02 (DOIS) PORTEIROS, 02 (DOIS) SALVA VIDAS, 01 (UM) LOCUTOR DE VOZ PADRÃO; 01 (UM) JUIZ DE RODEIO DEVIDAMENTE FILIADO A CNAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE RODEIO), 01 COMENTARISTA 01 (UMA) EQUIPE DE PRODUÇÃO DE ARENA A EMPRESA ORGANIZADORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR NO MÍNIMO 01 LOCUTOR DE PISTA,</p>				
--	--	--	--	--



# Prefeitura de Major Vieira

## Secretaria Municipal de Administração

### Departamento de Licitações

<p>COM EXPERIÊNCIA EM RODEIOS REALIZAÇÃO DE 2 (DOIS) SHOW PIRO MUSICAL DE NO MÍNIMO 04 (QUATRO) MINUTOS NA NOITE DE ABERTURA OU NOITE DE ENCERRAMENTO DO EVENTO. APRESENTAÇÃO DE 01 (UM) PROFISSIONAL TÉCNICO BLASTER RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DOS PIRO MUSICAIS. TER REALIZADO DUAS ETAPAS NACIONAL DE UM CAMPEONATO MODALIDADE RODEIO COUNTRY PBR/LNR/COPA BRASIL DE RODEIOS NOS ÚLTIMOS SEIS MESES ATRAVÉS DE DECLARAÇÃO ASSINADO PELO O RESPONSÁVEL. REALIZAR UMA ETAPA DE UM DOS TRÊS NOMES NO EVENTO. SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PEÕES E PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA ARENA DE RODEIO CONFORME DETERMINAÇÃO LEGAL. 02 (UM) GERADORES DE ENERGIA 250 KWA . 1 PALCO 10X12 COM ALTURA DE 2.20 PARA CIMA DOS BRETES 2 CAMARINS 3X3 COBERTO COM CHAPÉU DE BRUXA E DECK 20 BANHEIROS QUÍMICOS 18 SEGURANÇAS 4 TENDAS CHAPÉU DE BRUXA 10X10 2 TENDAS CHAPÉU DE BRUXA 5X5 2 BRIGADISTAS</p> <p>A CONTRATADA TERÁ DIREITO A 100% DA EXPLORAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, VENDAS DE CAMAROTES E PATROCÍNIOS. HÁ ENTRADA E GRATUITA TODOS OS DIAS PISTA E ARQUIBANCADAS EXCETO ÁREAS NOBRES COMO CAMAROTES E VIPS QUE SERÃO COMERCIALIZADOS.</p> <p><b>EXIGÊNCIAS RIDER TÉCNICO ARTISTA CONTRATADO CESAR PARANÀ</b></p> <p><b>DOS EQUIPAMENTOS A SEREM</b></p>				
---	--	--	--	--





# Prefeitura de Major Vieira

Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações

<p><b>DISPONIBILIZADOS PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E PAINÉIS DE LED</b> 4.3.1 24 (VINTE E QUATRO PLACAS) PLACAS DE LED P5MM OUTDOOR (02 TELÕES DE 3,00 X 4,00); 4.3.2 04 (QUATRO) AMPLIFICADORES ICE 16K TAIGAR; 4.3.3 02 (DOIS) AMPLIFICADORES ICE 12K TAIGAR; 4.3.4 02 (DOIS) AMPLIFICADORES ICE 3K TAIGAR; 4.3.5 16 (DEZESSEIS) SUBGRAVES TAIGAR S218 2400W; 4.3.6 22 (VINTE E DOIS) MÉDIOS EUROSOUND 210A; 4.3.7 130 (CENTO E TRINTA) METROS DE GROUNDS Q30 ALUMÍNIO (ESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO E TELÕES); 4.3.8 04 (QUATRO) SLEEVES DE 04 FACES ALUMÍNIO; 4.3.9 04 (QUATRO) SAPATAS 80 X 80 DE ALUMÍNIO; 4.3.10 04 (QUATRO) PAUS DE CARGA DE ALUMÍNIO; 4.3.11 ESTRUTURA COMPLETA PARA FLY (PENDURAR AS CAIXAS DE MÉDIO A 9 (NOVE)METROS DE ALTURA); 4.3.12 03 (TRÊS) FILMADORAS SONY NX5 FULL HD 1080; 4.3.13 14 (QUATORZE) REFLETORES DE LED 1500W CADA; 4.3.14 10 (DEZ) MOVING BEAM 280W 9R COM BORDA DE LED; 4.3.15 10 (DEZ) CANHÕES LED RGB; 4.3.16 01 (UM) CANHÃO SEGUIDOR 5R; 4.3.17 MAIN POWER 300AMPERES PARA ILUMINAÇÃO E LED; 4.3.18 MAIN POWER 150AMPERES PARA O SOM E ESTÚDIO; 4.3.19 01 (UM) COMPUTADOR PARA CORTES DE VÍDEO E LIVE EM 03 CANAIS SIMULTÂNEOS, COM PLACA DE VÍDEO RTX 3080 E PLACAS DE CAPTURA BLACK MAGIC DECK LINK DUO 2,32GB DE MEMÓRIA RAM; 4.3.20 01 (UM) NOTEBOOK PARA RODEIO ELETRÔNICO E CENAS DA ILUMINAÇÃO; 4.3.21 01 (UMA) MESA DE SOM DIGITAL COMPUTADORIZADA; 4.3.22 CABEAMENTO COMPLETO PARA TODOS OS SISTEMAS DE SOM, LUZ E TELÕES.</p> <p><b>SHOW PIROMUSICAL E</b></p>				
---	--	--	--	--



# Prefeitura de Major Vieira

## Secretaria Municipal de Administração

### Departamento de Licitações

<p><b>PIROTÉCNICO</b> DESCRIÇÃO EFEITO TORTA 36 TUBOS 20 MM EFEITO VERTICAL CRACKER EXPLOSÃO DRAGO EGGS TORTA 25 TUBOS 25 MM EFEITO VERTICAL COM BOMBAS COLORIDAS E EFEITOS DIVERSOS TORTA 48 TUBOS 25 MM EFEITO VERTICAL COM BOMBAS COLORIDAS E EFEITOS DIVERSOS TORTA 100 TUBOS 25 MM EFEITO VERTICAL COM BOMBAS COLORIDAS E EFEITOS DIVERSOS TORTA 25 TUBOS 16 MM EFEITO VERTICAL CRISÂNTEMO VERDE/VERMELHO. TEMPO APROX. 30 SEGUNDOS TORTA 36 TUBOS 1.75MM EFEITO VERTICAL DE BOMBAS DE CORES DIVERSAS. TEMPO APROX. 01 MIN E 50 SEGUNDOS, 21 TORTA 36 TUBOS 20 MM EFEITO VERTICAL CRACKER EXPLOSÃO DRAGO EGGS. TEMPO APROX. 43 SEGUNDOS TORTA 64 TUBOS 1.75MM EFEITO VERTICAL DE BOMBAS DE CORES DIVERSAS. TEMPO APROX. 03 MIN. COM VARA 22 MM CORES E EFEITOS DIVERSOS COM VARA 38 MM CORES E EFEITOS DIVERSOS 4.4.1 DEVERÃO SER REALIZADOS EFEITOS ESPECIAIS DE ABERTURA DO RODEIO TODAS AS NOITES; 4.4.2 CRUZAMENTO AO REDOR DA ARENA, DIRECIONAMENTO DO CERIMONIAL DE ABERTURA PARA CADA UM DOS DIAS DE RODEIO, COM 2 (DOIS) SHOWS PIROTÉCNICOS E 2 (DOIS) SHOWS PIRO MUSICAIS, ATENDENDO, NO MÍNIMO, O RIDER A SEGUIR: -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR PRATA. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR DOURADA. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR TREMULANTE. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR ROXO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR AZUL. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR VERMELHO. -20</p>				
--	--	--	--	--



# Prefeitura de Major Vieira

Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações

UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOÇÃO DE COR AMARELO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOÇÃO DE COR VERDE. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOÇÃO DE COR KAMURRO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOÇÃO DE COR VERDE COM CENTRO AMARELO. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS SILVER CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS STROBE CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS SILVER FLASH. -30 UNID. SEQUENCIAS E EFEITOS Z RED STARS CRACKER FLOWER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM STROBE PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM RED PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM BLUE PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM SILVER PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "C" CALDA PRATA COM GREEN CRISANTEMO. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "C" CALDA PRATA COM RED CRISANTEMO. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM BLUE CRISANTEMO. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM BLUE PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM CRACKER -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM DRAGON EGGS. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM SILVER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM BROCADE CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTECOM BLUE E PURPLE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E WHITE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E				
--	--	--	--	--



# Prefeitura de Major Vieira

Secretaria Municipal de Administração  
Departamento de Licitações

<p>BROCADE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E BROCADE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO BROCADE. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO BLUE. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO SILVER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO CRACKER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO PURPLE. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO FLASH. -35 UNID. DE COMETA TREMULANTE GOLDEN.</p> <p>4.4.3 ENCERRAMENTO DO SHOW DIÁRIO COM VÁRIAS DETONAÇÕES SIMULTÂNEAS, FORMANDO UMA IMENSA FIGURA FLORAL NO CÉU, NOS DIAS 12, 13, 14 E 15 DE OUTUBRO DE 2023. ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ 22 -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR PRATA. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR DOURADA. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR TREMULANTE. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR ROXO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR AZUL. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR VERMELHO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR AMARELO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR VERDE. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR KAMURRO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR VERDE COM CENTRO AMARELO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: ANEL VERMELHO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: ANEL VERMELHO COM CENTRO AZUL. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: ANEL</p>				
--	--	--	--	--



# Prefeitura de Major Vieira

Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações

VERMELHO COM CENTRO VERDE. - 30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS BROCADE CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS SILVER CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS STROBE CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS SILVER FLASH. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM BLUE PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM SILVER PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM GOLDEN PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "C" CALDA PRATA COM SILVER CRISANTEMO. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM BLUE CRISANTEMO. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM BLUE PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM CRACKER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM DRAGON EGGS. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM SILVER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM BROCADE CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E PURPLE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E WHITE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E BROCADE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E BROCADE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO BROCADE. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO BLUE. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO SILVER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN				
---	--	--	--	--



# Prefeitura de Major Vieira

## Secretaria Municipal de Administração

### Departamento de Licitações

STAR TO CRACKER. -35 UNID. DE COMETA TREMULANTE VERMELHO. -35 UNID. DE COMETA TREMULANTE ROXO. -35 UNID. DE COMETA TREMULANTE VERDE. -35 UNID. DE COMETA TREMULANTE GOLDEN. -32 UNID. PONTOS VASOS EM SEQUENCIAL -16 UNID. PONTOS DE CRACKER EM CRUZAMENTO NA ARENA - 01 UNID. BATERIA DE CORES COM 25 BOMBAS DE 1,2" MULTICORES NA ENTRADA DO LOCUTOR.				
HOTEL 3 QUARTOS INDIVIDUAIS COM AR E FRIGOBAR, ALIMENTAÇÃO PARA AS TRÊS NOITES DE APRESENTAÇÃO PARA O ARTISTA DE OS DOIS ACOMPANHANTES.				

**VALOR TOTAL: R\$ 103.999,90 (CENTO E TRÊS MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**

#### 2. DA PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. É de responsabilidade do (s) CONTRATADO (s) a montagem das estruturas, entrega dos materiais e a realização dos serviços que serão efetuadas nos locais indicados pela (s) Secretaria (s) solicitante (s);
- 2.2. É de responsabilidade do (s) CONTRATADO (s) a entrega, montagem, manutenção dos materiais, equipamentos e estruturas, bem como a realização dos serviços que serão efetuadas nos locais indicados pela (s) Secretaria (s) solicitante (s).
- 2.3. O (s) CONTRATADO (s) deverão instalar as estruturas previstas para a Festa Nacional do Canudinho de Abobora, de acordo com a solicitação da (s) Secretaria (s) requisitante, conforme descrito neste Termo de Referência, ou no tempo em que o gestor do contrato determinar, e desmontar toda estrutura contratada, apenas após o final do evento, devendo garantir o pleno funcionamento de todas as estruturas durante o período solicitado;
- 2.4. Os fornecedor (es) (CONTRATADOS) deverá instalar os banheiros químicos, conforme descrito neste Termo de Referência, sendo 12 (doze) horas após a solicitação da Contratante, ou no tempo em que o Gestor da Ata de Registro de Preços determinar;
- 2.5. O (s) CONTRATADO (S) deverão instalar as estruturas e os banheiros químicos conforme descrito abaixo:
- a) Todas as estruturas, materiais e equipamentos deverão ser entregues completamente limpas e em perfeito estado de conservação e funcionamento;
  - b) Apresentação de todos os laudos técnicos determinados pela Legislação vigente;
  - c) O local de instalação das estruturas será conforme determinado pelo solicitante;
  - d) Todas os banheiros deverão ser entregues completamente limpos e abastecidos de Produtos Químicos compatíveis;
  - e) Contendo materiais para uso e manutenção, como papel higiênico, odorizadores, desinfetantes;
  - f) Deverá realizar a sucção e higienização de todos os banheiros químicos sempre diariamente, ou alternativamente como solicitado pela CONTRATANTE;
  - g) O local de instalação dos banheiros químicos será conforme determinado pela CONTRATANTE.
- 2.6. É de responsabilidade do (s) CONTRATADO (s) providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto do contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com os





# Prefeitura de Major Vieira

## Secretaria Municipal de Administração

### Departamento de Licitações

seus, como: transportes, deslocamentos, materiais, alimentação, equipamentos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.

2.7. As Ordens de fornecimento/serviço serão encaminhadas pelo departamento de compras e licitação com a antecedência a da data de realização do evento;

2.8. Eventualmente, os serviços poderão ser solicitados com prazo ajustado entre as partes e caso em que serão negociados entre a Secretaria (s) solicitante (s) e o (s) CONTRATADO (S) nas condições dessa prestação de serviços.

2.9. Multa Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese da (s) CONTRATADA (S) injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação ou declaração falsa. Falhar ou fraudar na execução do Contrato; ou cometer fraude fiscal, bem como nos demais casos de descumprimento da obrigação contratual, quando a Administração, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

2.10. Eventualmente, mediante prévio acordo entre a CONTRATANTE e o (s) CONTRATADO (s), poderão haver modificação dos itens componentes dos arranjos aprovados antecipadamente, desde que mantida a equivalência no que se refere à quantidade, qualidade e preço proposto para cada tipo de serviço;

a) Diligenciar para que as estruturas necessárias ao fiel cumprimento dos serviços solicitados, estejam instalados nos dia e horário que consta.

b) Orientar, coordenar, acompanhar, dar ordens ao contingente alocado, resolver quaisquer imprevistos, inclusive a correção de situações adversas, para o perfeito desenvolvimento das atividades, devendo o representante da empresa estar munido de telefone celular;

c) O (s) CONTRATADO (s) serão responsáveis pelo recolhimento de material após o evento, ressarcindo os eventuais prejuízos causados ao solicitante.

2.11. Nos casos de disponibilização de equipamentos e/ou outros materiais pela CONTRATANTE, CONTRATADO (s) serão a responsáveis pela integridade dos equipamentos e/ou materiais que estiverem sob os seus cuidados, ressarcindo a CONTRATANTE, quaisquer despesas decorrentes de sua má utilização.

2.12. A Prefeitura, por meio do seu representante, poderá solicitar reunião prévia, antes da realização do evento ou ocasião a ser instaladas as estruturas, com a equipe do (s) CONTRATADO (s) que participará do evento, para dar as orientações que se fizerem necessárias.

2.13. Quando da interação entre as duas partes, o (s) fornecedor (e,s) dos serviços e/ou materiais para o evento, havendo a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução dos serviços, deverá o CONTRATADO comunicar ao servidor desta Prefeitura responsável por este evento, em tempo hábil, de preferência por escrito, viabilizando sua interferência e correção da situação apresentada.

2.14. A CONTRATANTE poderá cancelar as Ordens de fornecimento/serviço, mediante comunicação ao (s) CONTRATADO (s), não cabendo qualquer ônus a mesma caso o cancelamento seja efetuado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para a realização do evento.

2.15. A CONTRATADA fica responsável pelo transporte, carga, descarga, montagem, manutenção, desmontagem, mão-de-obra, hospedagem e alimentação se necessário.

### 3. DO LOCAL PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

3.1. As estruturas, materiais e equipamentos serão instaladas no local e na data que for indicado pelo (s) solicitante (s).

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

1. O preço total para o fornecimento dos itens relacionados no presente contrato é de **R\$ 103.999,90 (CENTO E TRÊS MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**.

2. O pagamento será efetuado mensalmente após o serviço efetivamente realizado, mediante crédito bancário e na forma estabelecida na Lei Federal 14.133/2021.

3. O pagamento poderá ser susado pela Prefeitura de Major Vieira quando os bens e serviços não estiverem de acordo com as especificações deste projeto básico ou quando rejeitados pelo fiscal e gestor do Contrato, ou ainda por inadimplemento de qualquer cláusula do contrato que se originar deste projeto básico.



# Prefeitura de Major Vieira

## Secretaria Municipal de Administração

### Departamento de Licitações

4. A rejeição dos serviços suspende a obrigação de pagamento pela Prefeitura de Major Vieira enquanto não sanadas pela CONTRATADA as irregularidades apontadas.
5. A Prefeitura de Major Vieira reserva-se no direito de recusar, no todo ou em parte, os serviços rejeitados pelo fiscal do Contrato, obrigando-se a CONTRATADA a promover sua adequação imediata.
6. Os valores eventualmente pagos com atraso por culpa da CONTRATANTE serão atualizados segundo determina o art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.
7. Juntamente com a nota fiscal/fatura deverá ser enviado relatório detalhado com a utilização de cada cartão para conferência.
8. A fatura deverá ser enviada ao CONTRATANTE com pelo menos 7 dias úteis de antecedência da data de vencimento para que seja procedida a conferência necessária e seja providenciado o pagamento.
9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
11. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.
12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
15. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela não execução do serviço, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.1. Será interrompido o serviço em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.
17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 17.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.
- 17.2. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
18. As empresas contratadas deverão emitir as notas fiscais, faturas ou recibos com observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, em especial às disposições que se referem às retenções na fonte de IR, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos contratantes.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:**

1. O contrato terá **VIGÊNCIA** até **31/12/2025** contados a partir da assinatura deste instrumento, na forma do artigo art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período, caso seja de interesse da Administração.





# **Prefeitura de Major Vieira**

## **Secretaria Municipal de Administração**

### **Departamento de Licitações**

2 - A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitado o prazo de vigência do Contrato, fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS:**

1. **A empresa ora contratada, deverá disponibilizar os serviços em no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.**

2. O objeto do contrato será recebido:

2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, de forma sumária, no ato da prestação, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor da Lei 14.133 de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

2.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

2.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3. O prazo máximo para início da prestação dos serviços será de até 5 dias úteis após assinatura do contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDER AS DESPESAS:**

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, que poderão sofrer modificações em razão do ano financeiro:

*06.01 Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto 2.012 Manut. Das Atividades Culturais 3390.00.00- Aplicações Diretas*

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO:**

Este contrato vincula-se ao **Edital de Pregão Eletrônico nº. 026/2025**, obrigando-se a CONTRATADA em manter durante a vigência deste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado, são responsabilidades/obrigações das partes:

1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;

1.2. Executar os serviços em perfeitas condições conforme especificações, prazo e local constantes no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);



# Prefeitura de Major Vieira

## Secretaria Municipal de Administração

### Departamento de Licitações

- 1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos, o objeto com avarias ou defeitos;
- 1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.6. Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do serviço.
2. São obrigações da CONTRATANTE, além de outras previstas neste instrumento:
  - 2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos;
  - 2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos;
6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7. Fornecer todos os equipamentos e materiais necessários a realização do objeto, exceto uniforme e EPI que são obrigação da Contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL:**

1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
  - 1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
  - 1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
  - 1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
  - 1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
  - 1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
  - 1.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto, quando for o caso;
  - 1.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas, quando for o caso;
  - 1.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
  - 1.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
  - 2.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
  - 2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;



# **Prefeitura de Major Vieira**

## **Secretaria Municipal de Administração**

### **Departamento de Licitações**

- 2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- 2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- 2.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- 2.6. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 2 observarão as seguintes disposições:
  - 2.6.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
  - 2.6.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.
3. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/21 serão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando houver previsão de prestação de garantia em edital.
4. A extinção do contrato poderá ser:
  - 4.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
  - 4.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
  - 4.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
  - 6.1. Devolução da garantia;
  - 6.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
  - 6.3. Pagamento do custo da desmobilização.
7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:
  - 7.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
  - 7.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
  - 7.3. Execução da garantia contratual para:
    - 7.3.1. Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
    - 7.3.2. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
    - 7.3.3. Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
    - 7.3.4. Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
    - 7.3.5. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
8. Na hipótese do inciso II do item 7, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.



#### **CLÁUSULA NONA – DA NULIDADE DO CONTRATO**

---

1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

- 1.1. Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- 1.2. Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- 1.3. Motivação social e ambiental do contrato;
- 1.4. Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- 1.5. Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- 1.6. Despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- 1.7. Medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
- 1.8. Custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
- 1.9. Fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
- 1.10. Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
- 1.11. Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

1.12. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

2. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei 14.133/21, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

2.1. Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

2.2. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

2.3. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E MULTAS:**

---

1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

2. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do objeto;

3. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que falhar ou fraudar na execução do serviço;

4. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que comportar-se de modo inidôneo;

5. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que cometer fraude fiscal;

6. Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

6.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

6.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

6.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, no caso de inexecução total do objeto;

6.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;





# **Prefeitura de Major Vieira**

## **Secretaria Municipal de Administração**

### **Departamento de Licitações**

- 6.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 6.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa;
- 6.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
7. As sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA acompanhada de as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
8. Também ficam sujeitas às penalidades, as empresas ou profissionais que:
  - 8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos vencedores para a assinatura do contrato.
2. O contrato será formalizado, com observância dos artigos 89 a 95 da Lei 14.133/21, e será subscrito pela autoridade competente.



# **Prefeitura de Major Vieira**

## **Secretaria Municipal de Administração**

### **Departamento de Licitações**

3. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO:**

Na eventualidade do município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### **CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

1.1. Unilateralmente pela Administração:

1.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

1.1.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/21;

1.2. Por acordo entre as partes:

1.2.1. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

1.2.2. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

1.2.3. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

1.2.4. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

2. Nas alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

3. As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

4. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/21.

5. Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

7. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

8. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido neste item, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.





**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO:**

---

1. Os preços praticados quanto ao valor do serviço de publicidade serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do orçamento estimado, podendo ser reajustado, caso necessário, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.
2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.
3. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:
  - 3.1. à data da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
  - 3.2. ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.
4. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
5. A repactuação deverá ser precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
6. O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.
  - 6.1. Caso falem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.
7. O reajuste será formalizado por apostilamento, de acordo com o art. 136 da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

---

1. Será designada como gestor e responsável administrativo do contrato o responsável pela pasta da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto o Sra. Simone De Lima Sopczak, a qual compete por acompanhar, gerir e administrar a execução do contrato.
2. Será designada como responsável pela fiscalização da execução/fornecimento da entrega dos serviços/produtos objeto deste Edital, o (a) servidor (a) nomeada pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão, informando ao gestor às ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:
  - I - Acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato;
  - II - Atestar, em documento hábil, o fornecimento e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;
  - III - Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;
  - IV - Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;
  - V - Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;
  - VI - Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;
3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
4. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de



# Prefeitura de Major Vieira

## Secretaria Municipal de Administração

### Departamento de Licitações

material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;

5. À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

6. Ao preposto da empresa vencedora competirá, entre outras atribuições:

- Representar os interesses da empresa perante a Administração;
- Realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;
- Manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos produtos fornecidos;
- Comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO:**

A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/21, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo), sendo que eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO:**

Fica eleito o Foro da Comarca de Canoinhas - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Major Vieira (SC), 17 de junho de 2025

ALINE DAIANE RUTHES  
IARENHUK DA  
SILVA:00391205978

Assinado de forma digital por  
ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK  
DA SILVA:00391205978  
Dados: 2025.06.17 10:07:42 -03'00'

KOWALSKI  
PROMOCAO DE  
EVENTOS  
LTDA:34602689000146

Assinado de forma digital por KOWALSKI PROMOCAO  
DE EVENTOS LTDA:34602689000146  
Dados: 2025.06.17 13:08:07 -03'00'

**Prefeita Municipal**  
**ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA**  
**Contratante**

**KOWALSKI PROMOCAO DE EVENTOS EIRELI**  
**Contratada**

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

**FISCAL DO CONTRATO**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA**

**CNPJ 95.685.798/0001-69**

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO**

**84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**CONTRATO Nº 57/2025**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2025**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE VENTANIA E DO OUTRO A EMPRESA DIRCE RODRIGUES DE DEUS LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

Os signatários deste instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE VENTANIA**, situado na Avenida Anacleto Bueno de Camargo, nº 825, Centro, Ventania, Paraná, CNPJ 95.685.798/0001-69, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, Sr. José Luiz Bittencourt, portador da cédula de identidade R.G. nº 1.318.879-3/PR, CPF nº 232.294.389-49, residente e domiciliado nesta cidade, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e processo de licitação, decorrente do Edital de Licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 5/2025, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa **DIRCE RODRIGUES DE DEUS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 54.814.365/0001-89, com sede na Avenida Coronel Macedo, nº 730 - CEP: 18.475-000 - Bairro: Centro, na cidade de Bom Sucesso de Itararé/SP, devidamente representada pelo seu procurador Sr. Dirceu Roberto de Deus Junior, portador da cédula de identidade RG 40056681-1/SP e do CPF sob 363.033.028-23, residente e domiciliado à Avenida Coronel Macedo, nº 730 - CEP: 18.475-000 - Bairro: Centro, na cidade de Bom Sucesso de Itararé/SP, neste ato denominado simplesmente **CONTRATADA**, achando-se justos e contratados mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em organização e produção de eventos, organização e realização de rodeio country com montaria em touros e infraestrutura completa, e sonorização profissional. Para realização da festa de aniversário do município de Ventania/PR, nos dias 10, 11, 12 e 13 de maio de 2025, conforme discriminados a seguir:

<b>LOTE 1</b>							
Item	Código do serviço	Descrição do serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	18768	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY CONFORME ABAIXO: ESTUDIO DE VIDEO COMPLETO PARA O RODEIO: em full hd (alta definição) com captura de imagem, transmissão ao vivo via internet, transmissão de patrocinadores, rodeio eletrônico (programa classificatório, replay das montarias, armazenamento de todo conteúdo da festa) entregue bruto em 1 (um) hd e 1 (um) t, ao término da festa, ou se preferir em pendrive Link com Filmagem e Transmissão ao Vivo 02 (duas) câmeras para filmagem em HD sendo: 01 (um) para os Bretes. Iluminação de arena, com 12 torres de alumínio q30 de 6m cada de altura com 12 Moving Beam 10r e 36 refletores de led branco frio, canhão seguidor de máquina de fumaça: Som para rodeio 01 mesa digi designin mix rack plus 24 line array vertec 4888 01 main power pentacustica rmp 125-1 01 main power attack 10 kva 12 sub attack 218 16 sub sb 1000 10 amplificador lab gruppem 08 amplificadores pro power attack de 8.000 watts 08 amplificadores pro power attack 6.000 watts 08 amplificadores pro power attack 2.500 watts 01 analizador de spectro paa2 phonic 02 processadores bssominidryve 01 processador dbx 260 01 processador dbx 260 stand-by 01 equalizador dbx 31 01pc-8000 pentacustica (distribuidor de energia com	Serviço	UNIT	1,00	239.000,00	239.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO  
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

	<p>proteção contra queda de energia). 01 pc 9002 110v (distribuidor de energia pentacustica) todo cabeamento e plug neutrick, santo angelo e amphenol. OBS: TODOS OS MATERIAIS DEVERÃO SER IGUAIS OU SIMILARES A QUALIDADE EXIGIDA. OBS.: SISTEMA DE ENERGIA TODA ATERRADA COM ART PERMANENTE, CONFORME NORMA TÉCNICA ABNT NBR-5410, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA E ALTA TENSÃO SENDO RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA. Arena profissional com as seguintes características: Metragem 24x45, com 10 bretes, 06 porteiras de frente, 08 currais, 01 mangueira de retorno e 01 embarcador, contendo areia em toda a metragem da arena e onde mais for necessário; Cenário completo de abertura em todas as noites do rodeio composto por: Globo ou pirâmide com estatuas de imagens de santos, rampa, pódio, máquina de fogo, 2 cabeças de touro etc. SHOWS PIROTÉCNICO/PIROMUSICAL para as aberturas e encerramento do rodeio, incluso fornecimento de materiais, montagem, desmontagem e realização, conforme descrito abaixo: Primeiro dia do Rodeio: (dentro da arena) -Circuito arena Rodeio - Arena global com chuveirões nos Bretes entrada dos peões. -DESENHO DE PISTA - 02 Pavilhões com imagem (Jesus, Nossa senhora, São Sebastião) - 01 Torta cores 468 tubos efeito Bouquet cores - 01 torta cores 12 tubos efeito tortita mista - 01 Torta cores CK 19B - 01 torta cores CK 19A - 01 TORTA CK 1019 CORES DIVERSOS - Sky Paper (máquina lançadora de papel) Salva de Morteiros de vara 3' Polegadas (fora da arena) 03 Morteiros de 3' polegadas efeito Coconut 03 Morteiros de 3' polegadas efeito Vermelho Chrysantemun 03 Morteiros de 3' polegadas efeito Laranja Peony 03 Morteiros de 3' polegadas nas cores Limão Peony 03 Morteiros de 3' polegadas nas cores Rosa Peony 03 Morteiros de 3' polegadas nas cores Silver Crow 03 Morteiros de 3' polegadas nas cores Glitering 03 Morteiros de 3' polegadas nas cores Verde Chrysantemun 03 Morteiros de 3' polegadas nas cores Estrelas de cinco pontas 03 Morteiros de 3' polegadas nas cores Camúrion 03 Morteiros de 3' polegadas nas cores Chorão 03 Morteiros de 3' polegadas nas cores Coco 03 Morteiros de 3' polegadas nas cores Azul Lilás 03 Morteiros de 3' polegadas nas cores Prata 01 Piromusical Segundo dia do Rodeio: (dentro da arena) -Circuito arena Rodeio - Arena global com chuveirões nos Bretes entrada dos peões - DESENHO DE PISTA - 02 Pavilhões com imagem (Jesus, Nossa senhora, São Sebastião) - 02 Torta cores 64 tubos efeito Bouquet cores - 02 Torta cores 64 tubos efeito luzes Maravilhosas - Sky Paper máquina lançadora de papel Terceiro dia de Rodeio: (último) -Circuito arena Rodeio -Circuito arena Giratório Rodeio - Arena global com chuveirões nos Bretes entrada dos peões - 02 Pavilhões com imagem (Jesus, Nossa senhora, São Sebastião) - 01 passarela luminosa para locutor</p>					
--	---	--	--	--	--	--



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

	<p>- 01 Torta cores ck 19A          - 01 torta cores 36B          - 01 Torta cores 19A tubos efeito infinitos          - 01 Torta cores ck 1019          - 01 torta 36A tubos rabo de pavão          - Sky Paper (máquina lançadora de papel          Salva de Morteiros de vara 3' Polegadas          08 Morteiros de 3' polegadas efeito amarelo Peony com Calda          08 Morteiros de 3' polegadas efeito Coconut          08 Morteiros de 3' polegadas efeito Vermelho Chrysantemun          08 Morteiros de 3' polegadas nas cores Limão Peony          08 Morteiros de 3' polegadas nas cores Rosa Peony          08 Morteiros de 3' polegadas nas cores Silver Crow          08 Morteiros de 3' polegadas nas cores Verde Chrysantemun          08 Morteiros de 3' polegadas nas cores Camúrion          08 Morteiros de 3' polegadas nas cores Chorão          08 Morteiros de 3' polegadas nas cores Azul Lilás          08 Morteiros de 3' polegadas nas cores Prata          Salva de Morteiros de 4' Polegadas          01 Morteiros de 4' polegadas efeito Chorão com Crakling          01 Morteiros de 4' polegadas efeito cores azul          01 Morteiros de 4' polegadas efeito vermelho          01 Morteiros de 4' polegadas efeito amarelo          01 Morteiros de 4' polegadas efeito roxo com verde          Salva de Morteiros de 5' Polegadas          01 Morteiros de 5' polegadas efeito cores pisca          01 Morteiros de 5' polegadas efeito tremulante          Salva de Morteiros de 6' Polegadas          01 Morteiros de 6' polegadas efeito cores flash          Cascata          01 Cascata de Chuva de Prata de 20 metros.          OBS: TODOS OS MATERIAIS DEVERÃO SER IGUAIS OU SIMILARES A QUALIDADE EXIGIDA.          OBS.: CARTEIRA DE BLASTER E AUTORIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS, PRESERVANDO E RESGUARDANDO A SEGURANÇA DO PÚBLICO PRESENTE;          30 (trinta) Touros para montaria de rodeio profissional, divididos em 03 boiadas diferentes. O transporte dos animais ficará sob responsabilidade de seus proprietários, onde os touros deverão entrar e sair do recinto embarcado em caminhões apropriados. Os tropeiros deverão estar no recinto com seus animais no mínimo 2 (duas) horas antes do início do evento, devendo estar ciente da programação com antecedência. Alimentação e pasto serão de responsabilidade da empresa contratada.          Serviço de 01 (um) médico veterinário com comprovação de regular inscrição ao órgão da classe profissional, que devera acompanhar os animais desde a chegada, bem como a permanência no local durante toda a realização do rodeio. Promover o seguro de vida e rodovia, conforme exigência da Lei Federal 10.220/2001, para todos os profissionais envolvidos no rodeio. Autorização de todas as autorizações, liberações, regulamentos de cada órgão como ARTs/RRTs, PPCID e licenças pertinentes.          Serviço de no mínimo 01 (um) profissional eletricista, com comprovação de regularidade inscrição regular ao órgão da classe profissional competente, para fazer as instalações e manutenções necessárias durante os dias de evento;          02 (DOIS) locutores profissional rodeio (pista) renomado nacionalmente responsável pela narração do rodeio.          Referência: (Rafael Vilela, Piracicabano, Henrique Soares, Adriano Duarte, Cuiabano Lima, Luizinho Mirante, Gleydson Rodrigues, Xandão Rocha). Incluso auxiliar de pista e sonoplasta.          01 locutor profissional comentarista; tendo como sugestão Tom Pedroso, Esnar Ribeiro, Eugênio José, Celso Russo,</p>					
--	---	--	--	--	--	--





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA**

**CNPJ 95.685.798/0001-69**

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO**

**84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

	<p>Tiago Arantes, Fernando Elias, Pedro Gomes ou outros profissionais com qualificação equivalente aos nomes sugeridos que serão analisados pela comissão organizadora.</p> <p>01 Locutor comercial: 01 (um) profissional capacitado e preparado que será responsável pela condução do evento, intermediando as programações do evento e interações com o público. Devendo ser escolhido entre os nomes: Siderlei Clein, Fabão Potência, Adriano Silva, Carlos Militão, Bokka ou outro profissional com qualificação equivalente aos nomes sugeridos que serão analisados pela comissão organizadora.</p> <p>PORTEREIROS: 03 (três) profissionais com experiência, responsáveis pela abertura do Brete, quando assim autorizado pelo competidor ou quando for necessário, devidamente filiado a CNAR – Confederação Nacional de Rodeio.</p> <p>SALVA-VIDAS: 02 (dois) profissionais extremamente preparados, responsáveis pela segurança do competidor dentro da arena de rodeio.</p> <p>JUIZES: 02 (dois) juizes, sendo 02 juizes de arena e 01 (um) juiz de brete, profissionais renomados e devidamente atualizados com as regras vigentes, filiados a CNAR – Confederação Nacional de Rodeio</p> <p>ao qual será responsável pelo julgamento das atividades do rodeio</p> <p>Locação de palco geo-space - Tamanho 16x14mts, cobertura alumínio feeling, piso em naval emborrachado, área do piso 20x20, área de serviço duas de 2,50x5,00, flý 2 de 12mts de altura por 4x3, house-mix 2 andares com o primeiro a 40cm do chão de 3,00x5,00, escadaria duas mãos sobem e descem, lonas Sansuy pretas interior e branca exterior, altura do piso 2,50 do chão, altura do palco 9,50 do piso.</p> <p>Montagem de 04 camarins em octanorme, tamanho 4x4 com 2,70 de altura, forrado, com piso (tablado em madeira deck), 04 sofás, 04 mesas e 15 cadeiras, 04 geladeiras, 04 ar-condicionado, 04 balcões 2m x 0,50 em octanorme.</p> <p>Locação de 300m de grades de contenção, sendo em moldes de 2m x 1m com estrutura em ferro galvanizado e travas laterais.</p> <p>Pirâmides 10x10mts, sem fechamento 14 unidades, cobertura Chapéu de bruxa em lona galvanizada na cor branca; - Estrutura em ferro pintado na cor cinza; - Altura de 3m na extremidade e de 4m em sua ponta central; - Calhas em toda sua extensão lateral.</p> <p>Tenda 5x5M sem fechamento 08 (oito) unidades, cobertura Chapéu de bruxa em lona galvanizada na cor branca; - Estrutura em ferro pintado na cor cinza; - Altura de 2,5m na extremidade e de 3,5m em sua ponta central; - Calhas em toda sua extensão lateral.</p> <p>Tenda 3x3m sem fechamento 04 (quatro) unidades, cobertura Chapéu de bruxa em lona galvanizada na cor branca; - Estrutura em ferro pintado na cor cinza; - Altura de 2,5m na extremidade e de 3,5m em sua ponta central; - Calhas em toda sua extensão lateral.</p> <p>Sonorização grande porte de acordo com Rider técnico dos artistas (04dias) 04 Diárias; sendo 01(um) em um bairro e 03 (dia) no rodeio.</p> <p>Locação de som e iluminação e painel de led, composto pelos itens similares ao riders solicitados abaixo:</p> <p>01 mesa yamaha digital pm5d-rh versão 2</p> <p>01 mesa de som digital midas pr0 2-c</p> <p>01 mesa digi designin mix rack plus</p> <p>24 line array vertec 4888</p> <p>01 mesa yamaha digital m7cl (na versão 3 com miter brid) stand by</p> <p>08 cx front fill attack</p> <p>01 main power pentacustica rmp 125-1</p> <p>01 main power attack 10 kva</p>					
--	--	--	--	--	--	--





# PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

	<p>30 line array attack las208  24 sub attack 218  16 sub sb 1000  10 amplificador lab gruppem  08 amplificador pro power attack de 8.000 watts  08 amplificador pro power attack 6.000 watts  08 amplificador pro power attack 2.500 watts  01 analizador de spectro paa2 phonic  02 processador bss ominidryve  01 processador dbx 260  01 processador dbx 260 stand-by  01 equalizador dbx 31  01pc-8000 pentacustica (distribuidor de energia com proteção contra queda de energia)  01 pc 9002 110v (distribuidor de energia pentacustica)  Todo cabeamento e plug neutrick , santo angelo e amphenol  OBS: TODOS OS MATERIAIS DEVERÃO SER IGUAIS OU SIMILARES A QUALIDADE EXIGIDA.  OBS.: SISTEMA DE ENERGIA TODA ATERRADA COM ART PERMANENTE, CONFORME NORMA TÉCNICA ABNT NBR-5410, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA E ALTA TENSÃO, SÃO RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.  Monitor palco:  01 mesa digital pm5d rh versão 2  01 mesa digital m7cl (na version 3 com miter brigt e 24 aux)  01 ada 8000  01 placa de expansão yamaha  01 ps9002 pentacustica(distribuidor de energia)  01 pc-8000 pentacustica (régua de energia com proteção contra queda de energia)  04 caixas sb 850 eaw side  04 caixas kf eaw side  12 monitores de retorno eaw sm 400  02 sub de batera attack ativo lsb 118  01 sub de percussão sb 1000  2 retornos amplificados  01 processador dbx 260 (stand by)  02 potencia studio r 10.000  06 potencias attack 5002  06 potencias attack 2002  05 potencias attack 1.400  01 power play há-8000  20 di imp 2  01 mic. r.e 20 eletrovoice  01 mic. shure 91 a beta  06 mic. e 604 sennheiser  01 kit microfones akg (d112,d40,d440.)  06 mic. shure 98  06 potencias attack 5002  06 potencias attack 2002  05 potencias attack 1.400  01 power play há-8000  20 di imp 2  01 mic. r.e 20 eletrovoice  01 mic. shure 91 a beta  06 mic. e 604 sennheiser  01 kit microfones akg (d112,d40,d440.)  06 mic. shure 98  02 mic c 1000 akg  02 mic c 3000 akg  02 shure 52 beta a  01 kit microfones jts  07 mic. sm 81 lc shure  14 mic. sm 57 shure  06 mic sm 57 beta shure  12 mic. sm 58 shure  05 mic . sm 58 beta shure</p>					
--	---	--	--	--	--	--



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO  
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

	<p>04 mic. sennheiser 835  02 mic. sem fio shure ur4 capsula ksm 09 top da shure  04 mic.sem fio shure sm 58 beta  02 mic. sem fio shure slx 58 beta  07 microfone condenser (shure ,akg,yoga ,b2)  01 cubo de baixo gk 800 com cxs originais  01 cubo de baixo ampeg svt3 com cx 8x10 originais  01 cubo de guitarra mh fender 8 de 10" originais  01 cubo de guitarra fender twin red knob  01 cubo de guitarra hartke system 2x12  01 cubo de guitarra peavy 2x12  01 bateria rmv concept  10 garras lp  22 pedestais microfones  04 pedestais Hércules pequeno  03 pedestais mic. Hércules  04 pedestais pequenos rmv  12 praticáveis pantográficos feeling 2,00x1,00  16 di ativo  20 di passivo  02 intercom comunicação palco pa  04 rádios intercomunicador vertex 231 com fones  04 subsnake 12 vias com bandeja  02 subsnake 08 vias  01 multicabo 56 vias 85 mts + 15 palco  01 multicabo 08 vias 100 mts  120 cabos xlr  80 cabos p10  Todo cabeamento neutryck, santo angelo e amphenol  Todas as régua de ac são da pentacustica  Luz, equipamentos e estrutura:  02 canhões seguidores 1.500 dts spharus  01 mesa avolite pearl 2010  05 rack de dimmer dcp 60 canais digital  01 boofer box 8 saidas  01 boofer box dts 16 saídas  02 pro power  01 raque tomada dcp  16 led par 3 wats injetado  36 canhões par 64 foco 01  36 canhões par 64 foco 05  12 canhões par 64 foco 02  24 acl par56  04 set light  03 máquinas de fumaça dts wats dmx  02 minifan ventilador star  14 elipsoidal 26 a 50 graus  12 moving 575 novo pro shows acme  08 moving xp 300 beam acme  04 strobos de 3.000 wats dmx  08 strobos atomic 3.000 martin  08 mini bruts 6 lampadas  04 mini bruts 4 lampadas  140 mts de trilha de alumínio q30 pesada feeling  80 mts de trilha de alumínio q50 p  Painel de led p4  01 painel de led 8m x 3m p4  OBS: TODOS OS MATERIAIS DEVERÃO SER IGUAIS  OU SIMILARES A QUALIDADE EXIGIDA.  03 Gerador de energia 260 kva, Chave Reversora  Automática não podendo haver tempo de espera para  acionamento em caso de falta de energia, chave geral de 800  ampères, carenagem silenciosa 80 dbs (Gerador Silenciado),  4 unidades de cabos com 15 mts no mínimo e com 01  operador, em funcionamento  Projeto/ brigadistas - Contratação de 30 unidades diária  Brigadistas e projeto - Apresentar: - Projeto arquitetônico do  local do evento. - Acompanhamento, execução e liberação</p>					
--	---	--	--	--	--	--



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

	<p>total do evento. - Fornece placas de sinalização devidas e exigidas no evento. - Fornecimento de extintores de acordo com aprovação do órgão competente.</p> <p>03 (três) Estruturas de arquibancadas com 06 degraus com no mínimo 50 metros com passarela, estrutura medindo no mínimo 0,40cm a 0,70cm de piso em cada degrau, material antiderrapante, corrimão na parte traseira e lateral e na parte da frente, em ferro, tubo de no mínimo 0,70m x 3,00m de 3 mm, escadas de acesso em ferro antiderrapante, todas equipadas com corrimão lateral, tendo responsável engenheiro qualificado junto ao CREA.</p> <p>Painéis de led's para rodeio: Locação de 24m de Painéis de LED'S, com resolução mínima P4, outdoor, serão montados em estrutura de treliças de alumínio Q 30, onde 24 mt. serão para exibição das imagens do evento e da veiculação de propagandas.</p> <p>Fornece 50m de areia branca para ser colocada na arena de rodeio;</p> <p>Premiação: premiação no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) sendo:</p> <p>para os competidores vencedores de montaria em touros a ser distribuída entre os 5 (cinco) primeiros colocados:</p> <p>Alimentação para os touros</p> <p>Contratados com silagem apta para os bovinos durante os dias do evento.</p> <p>Alimentação e hospedagem: Para todas as pessoas envolvidas entre eles: Juízes, salva, vidas, porteiros, Locutores, tropas e equipe técnica.</p> <p>OBS: TODOS OS MATERIAIS DEVERÃO SER IGUAIS OU SIMILARES A QUALIDADE EXIGIDA.</p> <p>01 PALCO 12X08MTS PARA o dia 10 de maio de 2025 – para o bairro Barro Preto, cobertura alumínio, piso em naval emborrachado, área do piso 60m, área de serviço, flý 2 de 12mts de altura por 4x3, house mix 2 andares com o primeiro a 40cm do chão de 3,00x5,00, escadaria e com 02 camarins em octanorme, tamanho 4x4 com 2,70 de altura, forrado, com piso (tablado em madeira deck), 02 sofás, 02 mesas e 10 cadeiras, 02 geladeiras, 04 ar-condicionado, 04 balcões 2m x 0,50 em octanorme.</p> <p>OBS: TODOS OS MATERIAIS DEVERÃO SER IGUAIS OU SIMILARES A QUALIDADE EXIGIDA.</p> <p>VALOR TOTAL: 501.333,33 (QUINHENTOS E UM MIL TREZENTOS E TRINTA E TRES REIS E TRINTA E TRES CENTAVOS).</p>					
<b>VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE R\$</b>						239.000,00

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

**2.1.** Em razão da aceitação de sua proposta e pelo presente instrumento, a CONTRATADA, sob sua exclusiva responsabilidade, obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE os objetos conforme descritos na cláusula primeira deste instrumento, e em sua proposta de preços, os itens, quantidades e preços, homologados pelo Prefeito Municipal, conforme o Edital de Pregão Eletrônico nº 5/2025 e seus anexos.

**a)** A CONTRATADA se compromete a realizar a entrega obrigatoriamente do mesmo objeto apresentado e ofertado na proposta de preços.

**b)** O recebimento dos itens dar-se-á pela verificação da qualidade, especificações e quantidade solicitada e consequente aceitação pelo gestor do contrato, que deverá ser anotada em “relatório ou termo de recebimento (provisório ou definitivo)” a ser emitido em até 5 (cinco) dias após a execução dos serviços.

**c)** Fica a CONTRATADA ciente de que são obrigados a fornecer as alterações, substituições e reparos de todo e qualquer bem que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como falhas ou imperfeições constatadas em suas características durante o prazo de verificação dos mesmos.

**2.2.** Os serviços que envolvam montagem de palco, de sonorização e de luz, serão prestados no Distrito de Novo Barro Preto no dia 10 de maio de 2025 e no Centro de Eventos Adilson Bobek nos dias 11,12 e 13 de maio de 2025.

**2.2.2.** Os serviços que envolvam montagem e desmontagem de arquibancadas, bretes, demais estruturas para a realização do rodeio country serão prestados no Centro de Eventos Adilson Bobek nos dias 11,12 e 13 de maio de 2025.

**2.2.3.** Estacionamento, Praça de Alimentação e Camarotes, são itens exclusivos para os dias 11,12 e 13 de maio (no Centro de Eventos Adilson Bobek).



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA**

**CNPJ 95.685.798/0001-69**

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO  
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

**2.2.4.** A CONTRATADA pode explorar os lucros relacionados a estacionamento, praça de alimentação e camarotes.

**2.2.5.** Serão ao todo 45 (quarenta e cinco) camarotes, devendo disponibilizar para a Prefeitura Municipal 10 (dez) camarotes.

**2.2.6.** Os camarotes deverão ter um bar exclusivo para a venda de bebidas, e possuir banheiros exclusivos para facilitar o acesso dos usuários.

**a)** Os banheiros do camarote serão responsabilidade da CONTRATADA.

**b)** O Valor decidido pela Prefeitura Municipal para a venda dos camarotes é de no máximo R\$ 600,00 (seiscentos reais) o dia.

**c)** A venda dos camarotes deverá ser tratada exclusivamente com a CONTRATADA.

**2.2.7.** O valor decidido pela Prefeitura Municipal para a venda das vagas no estacionamento será de no máximo R\$ 30,00 (trinta reais) por veículo (carro e moto).

**2.2.8.** A autorização junto a Polícia Rodoviária, e sinalização da pista são de responsabilidade da CONTRATADA.

**2.2.9.** A CONTRATADA terá o direito de explorar a praça de alimentação estipulando o valor conveniente.

**2.2.9.1** Os alimentos e bebidas que serão vendidos no espaço que engloba a praça de alimentação deverão seguir os valores de mercado semelhantes ao do Município sem exagero nem exploração.

**2.2.10.** A CONTRATADA é responsável por todas as instalações elétricas do evento, incluindo, mas não se limitando a: dimensionamento da carga elétrica necessária, fornecimento e instalações de cabos, painéis de distribuição, iluminações e demais componentes elétricos, além de garantir a adequação dos equipamentos e instalações as normas de segurança elétrica, bem como suporte técnico durante todo o evento para eventuais ajustes e manutenções.

**Parágrafo primeiro** - A Administração Municipal fará a aquisição mediante a emissão de Requisição de Compras emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal, a qual será levada a efeito através do encaminhamento por e-mail.

**Parágrafo segundo** - Se a CONTRATADA se recusar a assinar o Contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor R\$ 239.000,00 (duzentos e trinta e nove mil reais), conforme os objetos, quantidades e preços, constantes da proposta da proponente, homologados pelo Prefeito Municipal, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias da sua entrega e da apresentação da respectiva nota fiscal.

**Parágrafo primeiro** - O pagamento só será realizado após a conferência de todas as certidões que foram apresentadas no certame, caso haja alguma irregularidade o pagamento será suspenso até que a CONTRATADA regularize a situação.

**Parágrafo segundo** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

**Parágrafo terceiro** - Sendo constatada irregularidade nos serviços prestados, o prazo para pagamento será contado a partir da devida correção.

**Parágrafo quarto** - Em se tratando de notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, estas serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da nota devidamente corrigida, ainda que seja por carta de correção.

## **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO**

O presente contrato terá vigência de 90 (noventa) dias a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei federal 14.133/21, desde que respeite à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**I - Constituem obrigações do CONTRATANTE:**

**a)** Receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**b)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**c)** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e,



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA**

**CNPJ 95.685.798/0001-69**

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO**

**84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

após, para o recebimento definitivo;

**d)** Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**e)** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

**f)** Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

**g)** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

**h)** Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**i)** Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**j)** Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

## **II - Constituem obrigações da CONTRATADA:**

**a)** Entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes do contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste instrumento. Ainda, executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta;

**b)** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos o objeto que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

**c)** Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias e sem ônus para a Administração Municipal o objeto devolvido em razão de divergências entre o objeto entregue e as especificações contidas neste instrumento ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;

**d)** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Administração Municipal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

**e)** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**f)** Comunicar imediatamente a Administração Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

**g)** Indenizar terceiros e/ou a Administração Municipal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**h)** Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

**i)** Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do objeto, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino;

**j)** Prestar à Administração, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos;

**k)** Comunicar expressamente a Administração quando do término dos serviços, cuja comunicação deverá ser protocolada perante o Protocolo Geral do Município e dirigida ao Fiscal do Contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA - DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTES**

Os preços apresentados pelo fornecedor no presente contrato, não serão reajustados.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	1580	07.001.13.392.0007.2017	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

## **CLÁUSULA OITAVA - DOS EFEITOS OBRIGACIONAIS**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA**

**CNPJ 95.685.798/0001-69**

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO  
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

O presente contrato é celebrado em conformidade com o edital e anexos presentes no Pregão Eletrônico nº 5/2025, segundo ditames Lei Federal nº 14.133/2021, e alterações posteriores, portanto, para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Eletrônico acima, quanto a proposta nele adjudicada, integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

## **CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO**

O presente instrumento, contrato, poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

**I - Pela Administração Municipal:**

- a)** quando o contratado não cumprir as obrigações constantes deste contrato;
- b)** quando o contratado der causa à rescisão administrativa do contrato, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/2021;
- c)** por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado pela Administração Municipal.

**Parágrafo primeiro** - Ocorrendo cancelamento do Contrato, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo do presente instrumento.

**Parágrafo segundo** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município de Ventania/PR, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o contrato.

**Parágrafo terceiro** - A solicitação do fornecedor para cancelamento deste contrato poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas neste instrumento.

**Parágrafo quarto** - Havendo o cancelamento do contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento do item.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL**

**Parágrafo primeiro** - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**Parágrafo segundo** - O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**Parágrafo terceiro** - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

**Parágrafo quarto** - As sanções estão previstas no contrato:

**I** - Caso o fornecedor descumpra o disposto no edital e no contrato, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal de além de ter o cancelamento do contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº Lei nº 14.133/2021 e, se sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

**a)** multa moratória de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação a data prevista para o fornecimento, até o limite do valor de 30% (trinta por cento), do valor total do contrato, independentemente de ter causado prejuízo significativo à Administração Pública Municipal;

**a.1)** multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas “a” e “c”);

**a.2)** a inexecução total do objeto ensejará multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor total descrito no contrato, se injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão total, ou cancelamento.

**b)** Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

**c)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021.

**II** - As multas previstas não têm caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA**

**CNPJ 95.685.798/0001-69**

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 - CENTRO**

**84345-000 - VENTANIA - PARANÁ**

exime a detentora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

**III** - As penalidades previstas nesta Cláusula não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

**IV** - Os valores básicos das multas a serem cobradas pelo Município serão cobrados através documentos emitidos pela municipalidade.

**V** - O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

**VI** - A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pela Secretaria Municipal de Administração.

**VII** - A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

**VIII** - A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (aplicação do princípio dies interpellat pro homine, previsto no art. 397 do Código Civil).

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A fiscalização do contrato ficará a cargo do fiscal do contrato, senhor (nome do fiscal), o qual se compromete comunicar de imediato quaisquer ocorrências ligadas à inexecução dos serviços contratados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**Parágrafo primeiro** - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**Parágrafo segundo** - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**Parágrafo terceiro** - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Tibagi, Estado do Paraná, para que sejam dirimidas todas e quaisquer dúvidas que se originarem deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim se acharem justos e contratados assinam o presente em duas vias, de igual teor e forma e para os mesmos e jurídicos efeitos, obrigando-se por si e seus sucessores ao fiel cumprimento das disposições aqui contidas, promessas que formulam na presença das testemunhas que adiante também assinam.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA**

**CNPJ 95.685.798/0001-69  
AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 - CENTRO  
84345-000 - VENTANIA - PARANÁ**

Edifício da Prefeitura Municipal de Ventania, Estado do Paraná, em 08 de maio de 2025.

**MUNICÍPIO DE VENTANIA  
CONTRATANTE**

**DIRCE RODRIGUES DE DEUS LTDA  
CONTRATADA**

***José Luiz Bittencourt***  
**Prefeito Municipal**

***Dirceu Roberto de Deus Junior***  
**Procurador**

**Eloíza Machado de Queiroz**  
Secretária Municipal de Cultura e Turismo  
Gestora do Contrato

**Jussara Aparecida Lemes de Oliveira**  
Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:

Marcos José de Paula  
CPF 083.406.109-02

Ana Paula Mariano de Oliveira  
CPF 078.546.289-98



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 167/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2025**

**CONTRATO 069/2025**

Contrato, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU** e a empresa **ELIDVANDA OLIVEIRA DA SILVA**, na forma abaixo.

**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 95.583.597/0001-50, com sede à Rua Niterói, nº 1225, Centro, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. JACIR DANELLI**, portador da CI/RG nº 5.859.862-3 SESP/PR e do CPF nº 965.050.449-49, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado a empresa:

**FORNECEDORA: ELIDVANDA OLIVEIRA DA SILVA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.813.556/0001-09, com sede à Rua 16 de julho, nº 445, Sala 01, Centro, CEP 87.535-000, na cidade de Xambrê, Estado do Paraná, Fone: (44) 98423-6460, e-mail: [elidvandaoliveiradasilva@hotmail.com](mailto:elidvandaoliveiradasilva@hotmail.com), neste ato representada por **Elidvanda Oliveira da Silva (Sócia-Administradora)**, na função de representante legal, portador (a) da CI/RG nº 7.669.923-2 SSP/PR e do CPF nº 038.445.489-55.

**1. DO OBJETO**

**1.1 Contratação de empresa especializada para realização de Rodeio Country no Município de São Pedro do Iguaçu/PR nos dias 10,11,12 de outubro do 2025 para a 4ª edição da EXPOSPI**, conforme a seguir:

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	RODEIO EXPOSPI - Contratação de empresa especializada para realização de Rodeio Country no Município de São Pedro do Iguaçu/PR nos dias 10,11,12 de outubro do 2025 para a 4ª edição da EXPOSPI o serviço contempla o fornecimento de: • 70 (setenta) metros de arquibancada. sendo: 6 (seis) degraus, para peito traseiro de 1m.80cm de altura, para peito frontal 1m10cm de altura, passarela, corrimão, escadas de acesso. tabúas de assento 70 cm; • 16 (dezesseis) camarotes, cobertos	1,00 0	UND	v.o	165.000,000 0	165.000,00



com tenda piramidal,  
lona antichamas, com  
medidas de 2m,20cm x  
2m,20cm cada, com  
escada de acesso;

- Arena completa com,  
ao menos, 6 (seis)  
bretes e 6 (Seis)  
porteiros para  
divulgação de  
mangueiras com  
porteiros, fundo de  
querência e embarcador,  
com capacidade para 20  
(vinte) animais;

Ao menos 20 (vinte)  
touro de rodeio,  
devendo os animais  
terem prévia  
participação em grandes  
festividades, como  
rodeios e festas de  
renome estadual

- Cenário para abertura,  
contendo bandeiras para  
entrada dos peões,  
contratados,  
autoridades;

- Sonorização  
profissional para rodeio  
com, ao menos, 50  
(cinquenta) mil watts de  
potência, capaz de  
atender arena com  
capacidade para 10  
(dez) mil pessoas;

- Iluminação de arena  
completa, com luz  
branca 10 (dez) moving  
beams;

- Sistema visual  
composto de 2 (dois)  
telões, com sistema de  
transmissão do rodeio  
com replay após  
montarias; 3x4 metros;

- Fornecimento de  
software para  
cronometragem do  
tempo da montaria e  
exposição da nota de  
cada competidor;

- Equipe de salva-vidas  
profissionais, composta  
de, ao menos, 2 (duas)  
pessoas;

- Equipe de humor,  
composta de, ao menos,  
1 (um) humorista,



especializado em shows de rodeio.

- Equipe de julgamento das montarias composta por, ao menos, 2 (dois) juízes, um de pista e um de “brete”, ambos credenciados pela CNAR Confederação Nacional de Rodeio, com capacitação para desenvolvimento da função;
- Equipe de saúde animal, composta por, ao menos, 1 (um) veterinário para acompanhamento e liberação dos animais, devendo cumprir, em sua integralidade, o contido na Lei nº 10.529/2002, solicitando a competente autorização da Agência Agropecuária do Paraná;
- Contratação de seguro de vida, com cobertura para morte e invalidez, para peões e equipe envolvida no rodeio;
- Equipe de locução, composta por, ao menos, 1 (um) locutor comercial, 1 (um) locutor comentarista técnico;
- 01 Locutor para abertura do Rodeio, no dia 10 de outubro, com experiência em rodeios;
- Distribuição de premiação do 1º ao 5º colocado, para montaria em Touros, com valor mínimo total de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);
- Pagamento de apólice de seguro em favor dos peões e dos demais profissionais de rodeio “salva-vidas”, “domadores”, “porteiros”, “juízes”, “locutores” etc., compreendendo indenização por morte ou invalidez permanente ou temporária no valor



mínimo de R\$  
140.000,00 (cento e  
quarenta mil);

- Todas as noites: 01  
circuito Arena Global  
com 12 (doze) foguetes  
traçantes e efeito vaso  
cracker;

- Efeitos Especiais (uma  
noite): 01(um) torta de  
areia contendo 25 (vinte  
e cinco) tubos de 1,5  
polegadas com cores  
diversas; 01 (um)  
cascata de areia de 18  
(dezoito) metros;

- Cadastro do Evento Na  
Federação Paranaense  
de Rodeio;

- Cadastro do Evento na  
Adapar;

- Recolhimento do INSS  
bem como pagamento  
dos contratos/ direitos  
trabalhistas de 20 (vinte)  
competidores em  
Touros;

- Fornecimento de  
ART/RRT referente a  
Arena, Arquibancadas,  
Camarotes Sonorização  
e Iluminação.

**Total do Participante:**

165.000,00

## **2 DA EXECUÇÃO**

I.1. O serviço deverá ser prestado Nas dependências do estádio municipal localizado R. Belo Horizonte, 292, São Pedro do Iguaçu - PR, 85929-000, no dia 10, 11 e 12 de outubro de 2025, no horário que a secretaria competente requisitar.

I.2. Tendo em vista que se trata de um objeto de natureza comum, este será executado em uma única etapa sem adoção procedimentos especiais;

I.3. A execução do serviço seguirá o seguinte cronograma: início no dia 06/10/2025 e se estenderá até o dia 10/10/2025.

I.4. Para a execução dos serviços objeto deste Termo deverá ser observado o seguinte:

I.4.1. Forma de Execução: Execução contínua durante o evento;

I.4.2. Liberação para início da montagem das estruturas após homologação do processo;

I.4.3. Prazo final para entrega de 100% das estruturas montadas até 10/10/2025.

## **3. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA GARANTIA**

3.1 Não será permitida a subcontratação do objeto.

## **4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

4.1 O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do Pregão Eletrônico nº 167/2025, aplicando-se ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.





## **5. DO VALOR**

**5.1** O valor aprovado para o objeto é de **R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais)**, denominado valor contratual.

**5.2** Os pagamentos decorrentes da contratação correrão através das seguintes dotações orçamentárias, oriundas de **Recursos Vinculados**, consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio na natureza de despesa nºs 3.3.90.39.00, dotações nº 630, bloqueio orçamentário nº 1189473/2025, conforme indicação contábil.

## **6. DA FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILIBRIO DE PREÇOS**

**6.1** A nota fiscal deve ser emitida em nome do **Município de São Pedro do Iguaçu, CNPJ/MF sob nº 95.583.597/0001-50**, com endereço a Rua Niterói, nº 1225, São Pedro do Iguaçu – PR – CEP 85.929-000.

**6.2** A Nota Fiscal deverá constar à discriminação do produto, o Nº da Solicitação de Fornecimento e outros dados que julgar convenientes não apresentando rasura e/ou entrelinhas.

**6.3** A Nota Fiscal de Serviços deverá ser emitida informando número do processo, número da licitação, número do contrato, detalhando a competência e os itens conforme contrato e banco, agência e conta corrente no mesmo CNPJ contratado.

**6.4** A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz;

**6.5** O cálculo dos impostos e tributos é de responsabilidade do emitente;

**6.6** A contratada deverá atender à obrigatoriedade de retenção do imposto de renda. Dessa forma, na nota fiscal deverá ser informado o valor do imposto de renda a ser retido, conforme Decreto Municipal nº 130/2023.

**6.7** A Nota Fiscal deve ser encaminhada ao e-mail: [licitacao@saopedrodoiguacu.pr.gov.br](mailto:licitacao@saopedrodoiguacu.pr.gov.br), no ato de sua emissão;

**6.8** Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou constatação de erros na entrega dos itens solicitados, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que o fornecedor registrado providencie as medidas saneadoras;

**6.9** A forma de pagamento será nos dias 10 e/ou 20 do mês posterior à apresentação da nota fiscal, sendo que se estes dias coincidirem com finais de semana, feriados ou recessos o pagamento será feito no próximo dia útil subsequente.

**6.10** De acordo com a Previsão na Lei 14.133/2021, a partir da data da proposta, poderá ser solicitado à revisão de preços, a qual objetiva a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, mediante solicitação por escrito, fundamentada e protocolada da solicitante.

**6.10.1** Seguindo as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), através da demanda nº 208301, seguindo o disposto no Acórdão 25/2010 do TCU, Acórdão 4624/2017-TCE/PR e do artigo 173, do Decreto Municipal 023 de 30 de março de 2023, devem ser encaminhados documentos hábeis que preencham aos seguintes requisitos:

a) Elevação do encargo do particular com documentos hábeis, como NF, planilha de custos detalhando variação de mercado;

b) Ocorrência de evento posterior a ata de registro de preços;

c) Vínculo de causalidade entre evento e majoração dos encargos;

d) Imprevisibilidade na ocorrência do evento.

**6.11** O prazo para resposta quando do pedido de reequilíbrio por parte da Administração será de no máximo **10 (dez) dias**.

**6.12** Os preços poderão ser reajustados após 12 (doze) meses, em caso de prorrogação contratual conforme acumulado dos últimos 12 meses através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - **IPCA**.

## **7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**7.1** A Gestão do Contrato ficará a cargo do Secretário Municipal de Agricultura e Gestão Ambiental, **Sr. Lourival**



**Antônio de Souza.**

7.2 Caberá ao Fiscal do Contrato, designado pela **Portaria N° 346/2025, Sr. Rodrigo Kolling**, (o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.

## **8. DA VIGÊNCIA**

8.1. O contrato terá validade de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos dos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O prazo de vigência da contratação poderá ser prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas;
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para que seja reparado ou corrigido;
- d) Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- e) Pagar à Contratada o valor pactuado, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- f) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.
- g) A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Executar os serviços com zelo, eficiência e em observância às normas técnicas vigentes e às instruções do objeto na forma especificada em edital;
- b) Atender às solicitações de serviço no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após o chamado formal da Administração, salvo motivo justificado aceito pela contratante;
- c) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil decorrentes da execução do presente contrato;
- d) Fornecer todas as ferramentas, insumos e equipamentos necessários para execução dos serviços, sem ônus adicional para a contratante;
- e) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na Lei Licitação;
- f) A contratada será inteiramente responsável por arcar com os custos de transporte dos responsáveis pela prestação dos serviços e; transporte e manuseio dos materiais necessários para a prestação do serviço;
- g) Comunicar a contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecedem a data para a prestação de serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- h) A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- i) A contratada será responsável civil penal e administrativamente pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## **11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1** Em casos de contratos, os termos de extinções contratuais serão:

**11.2** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.



**11.3** A extinção do contrato poderá ser:

11.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.3.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

11.3.3 Determinado por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**11.4** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**11.5** A extinção determinada por ato da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízos das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência.

**11.6** O Termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3 Indenizações e multas.

## **12 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**12.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**12.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**12.3** A Execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos.

**12.4** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

**12.5** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, à situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**12.6** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**12.7** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**12.8** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## **13 ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

**13.1** Em casos de contratos, os termos de alterações contratuais serão:

**12.1.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**12.1.2** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do Caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contrato será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **14 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1** Comete infração administrativa, o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução do contrato;
  - i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
  - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 14.2.1 **Advertência**, pela falta do subitem 13.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 14.2.2 **Multa de até 30% (trinta por cento)** sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;
- 14.2.3 **Impedimento de licitar e contratar**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 14.2.4 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- 14.3 A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. (art. 156, §9º).
- 14.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 14.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.6 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 14.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 14.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ou legislação local, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.10 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e demais normas locais.

## **15 CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

- 15.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e



subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015.

15.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **16 DOS CASOS OMISSOS**

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17 DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Toledo/PR, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas ou questões decorrentes deste contrato.

17.2 E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato para que surtam todos os efeitos legais.

São Pedro do Iguaçu/PR, 26 de setembro de 2025.

**ELIDVANDA OLIVEIRA DA SILVA**

Elidvanda Oliveira da Silva

**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU**

Jacir Danelli

**Testemunha 01 – CPF**



**SÃO PEDRO  
DO IGUAÇU**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU**

---

Rua Niterói – 1225 – Fone/Fax: (45) 3255-8000 – 85929-000  
São Pedro do Iguaçu – Paraná CNPJ: 95.583.597/0001-50  
Departamento de Licitação e Compras  
e-mail: [licitacao@saopedrodoiguacu.pr.gov.br](mailto:licitacao@saopedrodoiguacu.pr.gov.br)

**Testemunha 02 – CPF**





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025**

**MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO E A  
EMPRESA VIOLA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.**

**CONTRATO Nº 126/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025**

**HOMOLOGADO EM 02/07/2025**

Por do presente instrumento de Contrato Administrativo, firmado entre o **MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Av. Richard Schweitzer de Albuquerque, nº 200, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **83.102.756/0001-79**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CAIO CESAR TREML, inscrito no CPF sob nº **\*\*\*.996.979-\*\***, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a pessoa jurídica de direito privado, **VIOLA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **38.463.348/0001-98**, com sede na Rua Luiz Grochoski, nº 971, bairro Colônia Murici, cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, neste ato representado pela sua sócia-administradora, Sr. Daiane de Brito Suchla, inscrita no CPF sob o nº **\*\*\*.412.389-\*\***, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram este contrato, regido pelas cláusulas e condições que seguem:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO**

**1.1** Este contrato origina-se do Processo Licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 038/2025, submetendo-se as partes às disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 15.259/2023 e suas alterações posteriores, às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às normas vigentes.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

**2.1** Nas condições fixadas no edital e seus anexos, e em conformidade com as condições descritas na proposta da CONTRATADA, os quais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos; constitui-se objeto deste contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM FORNECIMENTO DE TODA A INFRAESTRUTURA, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, PROFISSIONAIS, HABILITAÇÕES LEGAIS, PREMIAÇÕES E DEMAIS ITENS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO, QUE OCORRERÁ DURANTE A FESTA DO AGRICULTOR E MOTORISTA DE RIO NEGRINHO/SC, NOS DIAS 25, 26 E 27 DE JULHO DE 2025**, conforme segue:





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM FORNECIMENTO DE TODA A INFRAESTRUTURA, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, PROFISSIONAIS, HABILITAÇÕES LEGAIS, PREMIAÇÕES E DEMAIS ITENS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO.	1	Serv.	R\$ 138.600,00	R\$ 138.600,00

**VALOR TOTAL: R\$ 138.600,00**

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR, PAGAMENTO, DOTAÇÃO E REAJUSTE CONTRATUAL**

**3.1** Dá-se como valor global para o presente contrato o valor de R\$ 138.600,00 (cento e trinta e oito mil e seiscentos reais), conforme quadro acima e proposta apresentada pela CONTRATADA, que integra o processo de Pregão Eletrônico nº 038/2025.

**3.2** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias mediante apresentação de nota(s) fiscal(is), devidamente aceita(s) e certificada(s) pelo servidor designado para fiscalização do contrato, de acordo com as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 038/2025 e seus anexos.

**3.3** Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

**3.4** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**3.5** O CONTRATANTE poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(qualsquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o CONTRATANTE na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

**3.6** O preço, constantes no presente Termo, caracterizando o valor unitário do objeto são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 meses, salvo por fator superveniente que caracterize a situação prevista alínea "d" do Artigo 124 da Lei Federal 14.133/2021.

**3.7** Na hipótese de solicitação de revisão de preço pela empresa CONTRATADA, esta deverá comprovar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do fornecimento, por meio de apresentação





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

de planilha(s) detalhada(s) de custos seguindo a mesma metodologia da composição da proposta e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente avençadas.

**3.8** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**3.9** Fica facultado à Prefeitura Municipal de Rio Negrinho realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

**3.10** A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data da autorização da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho.

**3.10.1** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços acordados em contrato.

**3.10.2** O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária:

- 946/04.001.2298.0020.0606.0004.3.3.3.90.0000000000, do orçamento vigente da Secretaria de Agricultura – Realização da Festa do Agricultor – Aplicações Diretas.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – ENTREGA, PRAZO CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO**

**4.1** O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, para vigorar durante o período de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, caso o objeto não seja finalizado no prazo firmado em contrato, conforme determina o artigo 111 da Lei Federal 14.133/2021.

**4.2** A entrega/execução do objeto deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceita após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Edital e no Termo de Referência.

**4.2.1** A nota fiscal deverá ser emitida para: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO, CNPJ: 83.102.756/0001-79, situada à Av. Richard Schweitzer de Albuquerque, nº 200, Centro Cívico, Rio Negrinho – SC, CEP: 89.295-077.

**4.3** Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na Prefeitura de Rio Negrinho.

**4.4** A CONTRATADA se obriga a acatar as solicitações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho - CONTRATANTE, através de servidor designado para este fim pela Secretaria Municipal de Agricultura de Rio Negrinho - SC, para paralisar ou reiniciar as entregas durante a vigência do





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

contrato.

**4.5 Prorrogação:** A prorrogação do prazo previsto somente será admitida nas condições estabelecidas no artigo 111, da Lei 14.133/2021.

**4.6 Contagem de Prazo:** Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Art. 183 da Lei nº 14.133/2021. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Rio Negrinho.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos fornecimentos, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/2021.

**5.2** A verificação da perfeita execução do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Edital e seus anexos.

**5.3** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado a disposição do Art. 143 da Lei 14.133/2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**5.4** As comunicações entre o órgão e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**5.5** A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

**5.6** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, Art. 117, §1º).

**5.7** O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**5.8** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**5.9** A contratada será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**5.10** Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

**5.11** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1** Efetuar as entregas de acordo com as exigências dos itens 3 e 6 do Termo de Referência – Anexo I, do Pregão Eletrônico nº 038/2025.

**6.2** Responsabilizar-se pela qualidade do objeto fornecido pela mesma, o qual deverá ser imediatamente substituído, sempre que não atender às exigências do controle de qualidade.

**6.3** Transportar o objeto de forma apropriada.

**6.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

**6.5** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**6.6** Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste edital, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Rio Negrinho (SC).

**6.7** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, prevista em lei, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

**6.8** Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

**6.9** Manter número telefônico e endereço de e-mail atualizados para efetivação dos pedidos durante a vigência do contrato.

**6.10** Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, quando devidamente comprovada a sua imputação, as consequências de:

- a) Imprudência, imperícia ou negligência, inclusive de seus empregados e prepostos;
- b) Atos seus, de seus empregados ou prepostos, que tenham reflexos danosos nos serviços;
- c) Acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na execução do contrato ou em decorrência dele.

**6.11** Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

**6.12** Se o CONTRATANTE relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da CONTRATADA, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

**6.13** Além das hipóteses previstas na legislação e nas normas aplicáveis, a CONTRATADA será responsável, ainda:

**6.13.1** Pela inexecução, mesmo que parcial, dos fornecimentos contratados;

**6.13.2** Perante o CONTRATANTE ou terceiros, pelos danos ou prejuízos causados, por ação ou omissão, erro ou imperícia, vício ou defeito, na condução ou execução dos serviços ou entrega do objeto deste contrato;

**6.13.3** Pelos efeitos decorrentes da inobservância ou infração de quaisquer condições deste Contrato;

**6.14** Aplicam-se as subcontratadas todas as exigências contidas neste instrumento, pelo que a CONTRATADA responde perante ao CONTRATANTE, solidariamente.

**6.15** Demais obrigações constantes no Edital.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1** Constituem direitos e prerrogativas do CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os previstos no artigo 104, da Lei Federal nº 14.133/2021, que a CONTRATADA aceita e a eles se submete.

**7.2** Caberá ao fiscal do contrato:

**7.2.1** Rejeitar objeto em desacordo com as especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;

**7.2.2** Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento do fornecimento, conferido e aceito;

**7.2.3** Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar a fiscalização, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;

**7.2.4** Solicitar que a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o presente Contrato;

**7.2.5** Notificar, por escrito, a CONTRATADA, dos defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços/entrega de produtos, fixando-lhe prazos para sua correção;

**7.2.6** Notificar, por escrito, a Administração para abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades;

**7.2.7** Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento dos bens, além de comunicar







## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

eventuais irregularidades observadas na execução do fornecimento, efetuando, inclusive, o aceite das Notas Fiscais/Faturas.

**7.2.8** Prestar aos empregados da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o fornecimento do produto.

**7.2.9** Notificar expressamente a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento requerendo a adoção das medidas corretivas necessárias.

**7.3** Compete ao CONTRATANTE:

**7.3.1** Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

**7.3.2** Aplicar as penalidades previstas para o(s) caso(s) de descumprimento do pactuado neste contrato, na licitação e seus anexos.

**7.3.3** Assegurar à CONTRATADA, livre acesso às suas dependências por ocasião da entrega do objeto, desde que os responsáveis pela entrega sejam devidamente identificados.

**7.3.4** Empenhar os recursos necessários garantindo o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia.

**7.3.5** Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas a execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios

### **8. CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES**

**8.1** Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente e da faculdade de extinção contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previsto no artigo 155 e seguintes da Lei 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.1.1** A sanção prevista na alínea “a” do subitem 8.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do Art. 155 do estatuto federal aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**8.1.2** A sanção prevista na alínea “b” do subitem 8.1, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 do estatuto federal vigente.

**8.1.3** A sanção prevista na alínea “c” do subitem 8.1 será aplicada ao responsável pelas infrações





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**8.2** Será aplicada multa por inexecução do objeto da licitação, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes casos e percentuais:

**8.2.1** Quando os trabalhos de fiscalização da Administração da execução dos serviços forem dificultados, inclusive quando forem omitidas informações de responsabilidade da CONTRATADA referentes à execução contratual;

**8.2.2** Quando houver descumprimento na execução dos serviços especificados no Projeto, ou das Normas Técnicas pertinentes, que acarrete risco de grave prejuízo para a Administração, terceiros ou de danos ambientais;

**8.2.3** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a licitante contratada à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

**8.2.3.1** Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

**8.2.3.2** A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no contrato e na Lei 14.133/2021.

**8.2.4** As sanções de advertência e inidoneidade não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas e/ou com a Cláusula Penal no caso de rescisão/extinção.

**8.2.5** Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste Edital, competirá à Autoridade Competente encaminhar a decisão ao Controle Interno do Município para inserção no cadastro de empresas penalizadas do Município e dos demais órgãos competentes.

**8.2.6** Para o caso de extinção contratual decorrente de inexecução contratual culposa da CONTRATADA, fica instituída a Cláusula Penal Compensatória por perdas e danos no valor de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular, observado o que segue:

**8.2.6.1** Para exigir a pena convencional, não é necessário que o CONTRATANTE alegue prejuízo.

**8.2.6.2** O montante de 10% (dez por cento) acima definido vale como mínimo da indenização, não prejudicando o ressarcimento por prejuízos com valores a ele excedentes.

**8.3** Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, em conjunto com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido em sua proposta, bem como das demais cominações legais, a licitante/contratada que:





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Der causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.4** As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório e observadas as competências que são próprias da Procuradoria-Geral e Controladoria Geral do Município.

**8.5** Os montantes relativos às multas contratuais e a Cláusula Penal Compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobradas judicialmente ou descontadas dos valores devidos à licitante contratada, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

**8.6** Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a extinção do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela CONTRATADA.

**8.7** Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor da licitante contratada, é obrigatória a cobrança, inclusive judicialmente, da diferença.

**8.8** Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

**8.9** Os prazos referidos neste Edital só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

**8.10** Do direito de defesa:

**8.10.1** Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

data de sua intimação.

**8.10.1.1** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.10.2** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput da Lei Federal nº 14.133/2021 (Item 8.1, “c” e “d”) requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**8.10.2.1** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**8.10.3** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.10.4** Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC).

**8.10.5** Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente (Controle Interno) que por sua vez, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e SICAF.

**8.11** A CONTRATADA terá o prazo de 3 (três) dias úteis para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata, em face da extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

**8.12** Da sujeição a perdas e danos: Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONTRATANTE pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

### **9. CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

**9.1** A extinção do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

presente contrato.

**9.2** Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**9.3** Em caso algum a Administração Pública pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – FORÇA MAIOR OU DO CASO FORTUITO**

**10.1** Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes, aos termos do presente Instrumento, os fatos cujo efeito não seja possível evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do Art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, o objeto contratado.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUBCONTRATAÇÃO**

**11.1** Poderão ser subcontratados alguns serviços, limitados a 30% (trinta por cento) do valor total a ser contratado, desde que sejam submetidos a prévia autorização da Fiscalização da Prefeitura de Rio Negrinho, através do servidor designado para fiscalização do contrato e homologação do secretário da pasta.

**11.2** A CONTRATADA se obriga a comprovar à Fiscalização a devida capacidade técnica da subcontratada, assim como a documentação necessária que comprove estar em dia com suas obrigações jurídica, fiscal e financeira, sob pena de não ter a subcontratação aprovada pela Fiscalização.

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ADITIVOS E RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

#### **12.1 DOS ADITIVOS:**

**12.1.1** O contrato proveniente desta licitação será regido pelas normativas da Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 15.259/2023 e poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I. Unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II. Por acordo entre as partes:





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**12.1.2** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 12.1.1 a contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**12.1.3** As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 12.1.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

**12.1.4** Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se a contratada já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

**12.1.5** Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da contratada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**12.1.6** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**12.1.7** A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela contratada, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**12.1.8** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão







## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

sobre os preços contratados.

**12.1.9** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) Alterações na razão ou na denominação social da contratada;
- d) Empenho de dotações orçamentárias.

### **12.2 RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

**12.2.1** A CONTRATADA deve se responsabilizar e conscientizar em ter feito uma disputa equilibrada, considerando a manutenção do valor proposto pelo prazo de vigência do contrato, pois oscilação de mercado não é fato suficiente a ensejar reequilíbrio econômico-financeiro.

**12.2.2** Sempre que atendidas as condições do Contrato considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

**12.2.3** A CONTRATADA somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade e por fatores superveniente e não previsíveis na época oportuna.

**12.2.4** Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente justificado pela CONTRATADA antes da solicitação da ordem de execução pelo Poder Público, caso os preços apurados no mercado sejam mais vantajosos, poderá a Administração liberar a contratada do compromisso sem aplicação de penalidades.

**12.2.5** Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro pela CONTRATADA após a solicitação da ordem de execução pelo Poder Público, a contratada não poderá recusar e/ou interromper o contrato até decisão final no processo administrativo.

**12.2.6** O requerimento de equilíbrio econômico financeiro do contrato, deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato para análise e deliberação da consultoria jurídica do CONTRATANTE e deverá ser instruído com todos os documentos que comprovem o caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**12.2.7** A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a(s) Planilha(s) de Custos e Formação de Preços a ser apresentada.

**12.2.8** Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

**12.2.9** Qualquer medida que implique alteração dos direitos/obrigações, aqui pactuados só poderá ser adotada mediante autorização por escrito das partes, e será obrigatoriamente ratificada por termo aditivo ao contrato e/ou apostilamento, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

**13.1** A CONTRATADA se sujeita integralmente aos termos do presente contrato.

**13.2** Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie e pela Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 15.259/2023.

**13.3** A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao CONTRATANTE, quando ocorrer alteração do endereço comercial, telefones, e-mail, com vistas a possibilitar eventual recebimento de correspondências, comunicados, notificações dentre outros.

**13.3.1** O descumprimento deste item, por parte da CONTRATADA, implicará na aceitação, sem qualquer objeção, das determinações emanadas do CONTRATANTE, decorrentes de quaisquer tipos de comunicações eventualmente tentadas, relacionadas com a execução das obras ora CONTRATADA.

**13.4** A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

**13.5** Os documentos discriminados neste contrato e os que vierem a ser emitidos pelas partes, em razão deste, o integrarão para todos os fins de direito, independente de transcrição e lhe são anexos.

**13.6** Compete ao CONTRATANTE dirimir divergência, de qualquer natureza, havida entre os documentos integrantes deste Instrumento.

**13.7** As partes considerarão completamente cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo CONTRATANTE.

**13.8** O CONTRATANTE poderá, respeitadas outras condições contratuais, tendo presente o seu fluxo/disponibilidade de caixa, acelerar ou desacelerar o cumprimento do cronograma de entrega do objeto.

**13.9** Em observância ao disposto no § 1º do artigo 89 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF do sócio e/ou representante legal, bem como da pessoa jurídica, nos instrumentos contratuais e jurídicos celebrados, que serão publicados no Portal da Transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

**14.1** As partes elegem o foro da Comarca de Rio Negrinho, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e CONTRATADAS, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Rio Negrinho, 3 de julho de 2025.

CAIO CESAR TREML  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

DAIANE DE BRITO SUCHLA  
VIOLA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA  
CONTRATADA

ANDERSON GODOY – OAB/SC 48.967  
CONSULTOR JURÍDICO

Documento assinado digitalmente



**DAIANE DE BRITO SUCHLA**  
Data: 07/07/2025 09:33:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/07/2025 14:24 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/p6586b60b0c6a5>.




**ANDERSON GODOY**  
\*\*\*.782.589-\*\*  
03/07/2025 15:14:02  
Assinatura eletrônica  
conforme decreto municipal  
13911/2020



**CAIO CESAR TREML**  
\*\*\*.996.979-\*\*  
03/07/2025 14:24:04  
Assinatura eletrônica  
conforme decreto municipal  
13911/2020

Re: Solicitação de orçamento para Rodeio Countri



De

circuito Produções <circuitorodeioshow@gmail.com>

Para

<secretariogoverno@cacador.sc.gov.br>

Data

2025-12-10 08:23

 ORÇAMENTO CACADOR.pdf (~285 KB)

Bom Dia

Segue orçamento desde já agradecemos o contato.

Em ter., 9 de dez. de 2025 às 19:40, <[secretariogoverno@cacador.sc.gov.br](mailto:secretariogoverno@cacador.sc.gov.br)> escreveu:

Olá, Boa tarde,

Vimos através deste, solicitar orçamento de estruturas completas para realização de Show (Rodeio Countri), mais especificamente para atender as necessidades do Artista Cesar Paraná.

O evento está previsto para ser realizado entre os dias 20 a 23/03/2026, no município de Caçador/SC, no Parque das Araucárias.

Atenciosamente,

Viviane Caramori Mendes

Secretaria Municipal de Governo

# CIRCUITO RODEIO SHOW

CNPJ 34 .602.689/0001-46

END: AV: PORTO ALEGRE D Nº 427 SALA 708 CHAPECO-SC

CEP: 89.802- 130 FONE: 049 3050 1056 OU 47 933842649

E - MAIL: circuitorodeioshow@ gmail. com

## ORÇAMENTO

Bom dia

**Orçamento rodeio country com estrutura, completa para os dias 20,21,22 e 23 de março de 2026**

- **ARQUIBANCADAS:** montadas de forma a garantir e comportar a realização do evento, com avançado e seguro sistema de encaixe garantindo a segurança dos espectadores, com metragem mínima de 60 ( Setenta ) metros lineares de comprimento, dispostas com no mínimo 8 (oito) degraus, incluindo a passarela com a largura mínima de 1,44m sendo as tábuas do assento de no mínimo 72 (setenta e dois) cm de largura, espaçamento entre o espelho do degrau de no máximo 15cm, quebra degraus de 15cm de altura e 1,20 m, de largura, as grades de proteção frontal 1,10m de altura, laterais 1,10m de altura, e traseiras 1,80m de altura. Escada de acesso com no mínimo 2,20m de largura anti derrapantes em alumínio/ferro ou similar. Obs: Laudo de pintura das arquibancadas e teste de carga; resistencia mecânica e flambagem.
- **CAMAROTES:** em número mínimo 40 (quarenta camarotes , dispostos em 02 (dois) níveis (andares), com metragem mínima de 2,20 mt x 2,20 mt, estrutura metálica cobertura em tenda piramidal lona anti chama, com escadas de 2,20mt, de largura anti derrapantes em alumínio / ferro similar. Modo a comportar o número mínimo de dez (10) pessoas, em local que possibilite visibilidade privilegiada do rodeio e das apresentações artísticas.
- **ARENA DE RODEIO:** Com área mínima de 600 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), montada com material e em altura suficiente, com avançado e seguro sistema de encaixe, de modo a possibilitar segurança aos espectadores;  
**BRETES – PORTEIRAS e PORTEIRAS DE RETORNO:** no mínimo 06 (seis), de modo a acondicionar os animais;  
**QUERÊNCIA:** com capacidade para acondicionar todos os animais.  
**EMBARCADORES DE ANIMAIS**  
**ANIMAIS: BOIADA:** composta com, no mínimo, 16 (dezesseis) touros; treinados especialmente para Rodeio e acompanhados da respectiva Guia de Transporte de Animais (G.T.A.);  
01 médico veterinário devidamente cadastrado na CIDASC do estado de SC sendo responsável pela emissão da respectiva guia de transporte de animais (G.T.A) dos touros do Rodeio.

**SONORIZAÇÃO** para o rodeio e show sendo no mínimo; 2. P.A sendo total de doze Line e doze grave, Iluminação branca 10 máx. brut. 6.000 watts cada na treliça, Iluminação colorida 1 stroboode de 3.000 watts, 8 Bim ,1 canhão seguidor de 1.600 watts, 02 (dois)

# CIRCUITO RODEIO SHOW

CNPJ 34 .602.689/0001-46

END: AV: PORTO ALEGRE D Nº 427 SALA 708 CHAPECO-SC

CEP: 89.802- 130 FONE: 049 3050 1056 OU 47 933842649

E - MAIL: circuitorodeioshow@gmail.com

laser verde e 2 Painéis de Led, P10 com 06 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) 08 postes em estrutura metálica com 5 metros de altura cada para a decoração da arena.

## SISTEMA DE SOM - PA:

12 LINE ARY 12" 2x Drive 750w RMS

8 SUB 2X18" 2400W RMS

1 AMPLIFICADOR 2.500 RMS

1 AMPLIFICADOR 10.000 RMS

2 AMPLIFICADORES 15.000 RMS BACKLINE:

4 monitores ativos 12"

4 torres Sleen com sub 18" + caixa 4x6" e drive

sistema ativo Corpo de bateria Cubo de Guitarra

2x12" Cubo de Baixo

4x10" 12

microfones com fio

02 microfones sem fio 12 pedestais

2 Man Power

1 multicabo de áudio 32 vias

2 mesas de som digital 32 canais – Midas1

processador de áudio

1 notebook

- Sistema de cabeamento completo

## SISTEMA DE ILUMINAÇÃO: 16

moving Bean 9r 16

moving aura 16 par led rgbwa 4 led cob

4 mini brut

- 12 strobos

## SISTEMA PAINEL DE LED 6X3M P4:

18 placas de painel de led p4 indoor1

processador 4k

1 notebook

- 1 multicabo de rede 80m e 8 vias

- **REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO RODEIO COM NO MÍNIMO;** 30 peões; premiação do rodeio de R\$ 10.000,00 (Sete Mil reais), 01 (um) assessor de arena, 02 (dois) porteiros, 02 (dois) salva vidas, 01 (um) locutor de voz padrão; 01 (um) juiz de rodeio devidamente filiado a CNAR (Confederação Nacional de Rodeio), 01 Comentarista 01 (uma) equipe de produção de arena

A empresa organizadora deverá disponibilizar no mínimo 01 Locutor de pista, com Animais (G.T.A.);

01 médico veterinário devidamente cadastrado na CIDASC do estado de SC sendo responsável pela emissão da respectiva guia de transporte de animais (G.T.A) dos touros do Rodeio.



# CIRCUITO RODEIO SHOW

CNPJ 34 .602.689/0001-46

END: AV: PORTO ALEGRE D Nº 427 SALA 708 CHAPECO-SC

CEP: 89.802- 130 FONE: 049 3050 1056 OU 47 933842649

E - MAIL: circuitorodeioshow@ gmail. com

**SONORIZAÇÃO** para o rodeio e show sendo no mínimo; 2. P.A sendo total de doze Line e doze grave, Iluminação branca 10 máx. brut. 6.000 watts cada na treliça, Iluminação colorida 1 stroboode de 3.000 watts, 8 Bim , 1 canhão seguidor de 1.600 watts, 02 (dois) laser verde e 2 Painéis de Led, P10 com 06 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) 08 postes em estrutura metálica com 5 metros de altura cada para a decoração da arena.

## SISTEMA DE SOM - PA:

12 LINE ARY 12" 2x Drive 750w RMS  
8 SUB 2X18" 2400W RMS  
1 AMPLIFICADOR 2.500 RMS  
1 AMPLIFICADOR 10.000 RMS  
2 AMPLIFICADORES 15.000 RMS BACKLINE:  
4 monitores ativos 12"  
4 torres Sleen com sub 18" + caixa 4x6" e drive  
sistema ativoCorpo de bateria Cubo de Guitarra  
2x12"Cubo de Baixo  
4x10" 12  
microfones com fio  
02 microfones sem fio 12 pedestais  
2 Man Power  
1 multicabo de áudio 32 vias  
2 mesas de som digital 32 canais – Midas1  
processador de áudio  
1 notebook

- Sistema de cabeamento completo

## SISTEMA DE ILUMINAÇÃO: 16

moving Bean 9r 16  
moving aura 16 par led rgbwa 4 led cob  
4 mini brut

- 12 strobos

## SISTEMA PAINEL DE LED 6X3M P4:

18 placas de painel de led p4 indoor1  
processador 4k  
1 notebook

- 1 multicabo de rede 80m e 8 vias

- **REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO RODEIO COM NO MÍNIMO;** 30 peões; premiação do rodeio de R\$ 10.000,00 (Sete Mil reais), 01 (um) assessor de arena, 02 (dois) porteiros, 02 (dois) salva vidas, 01 (um) locutor de voz padrão; 01 (um) juiz de rodeio devidamente filiado a CNAR (Confederação Nacional de Rodeio), 01 Comentarista 01 (uma) equipe de produção de arena

- ✓ A empresa organizadora deverá disponibilizar no mínimo 01 Locutor de pista, com experiência em rodeios

# CIRCUITO RODEIO SHOW

CNPJ 34 .602.689/0001-46

END: AV: PORTO ALEGRE D Nº 427 SALA 708 CHAPECO-SC

CEP: 89.802- 130 FONE: 049 3050 1056 OU 47 933842649

E - MAIL: circuiutorodeioshow@gmail. com

- ✓ Realização de 2 (Dois) show piro musical de no mínimo 04 (quatro) minutos na noite de abertura ou noite de encerramento do evento.
- ✓ Apresentação de 01 (Um) Profissional Técnico Blaster responsável pela execução dos Piro Musicais.
- ✓ Seguro de vida para todos os peões e profissionais envolvidos na arena de Rodeio conforme determinação legal.
- ✓ 01(um) Geradore de Energia 250kwa
- ✓ Fornecimento da ART/RRT referente as estruturas metálicas, sonorização iluminação, Geradores de energia.

**VALOR R\$ 210,000,00(DUZENTOS E DEZ MIL REAIS)**

**ESSE VALOR FICA O DIREITO E XCLUSIVIDADE DA MINHA EMPRESA EXPLORAR 100% PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS, VENDA DE CAMAROTES E PATROCINIOS NO RODEIO COUNTRY.**

**NÃO SERÁ COBRADO INGRESSO NA PISTA E ARQUINBACADAS**

KOWALSKI  
PROMOCAO DE  
EVENTOS  
LTDA:34602689000  
146


Assinado de forma digital  
por KOWALSKI  
PROMOCAO DE EVENTOS  
LTDA:34602689000146  
Dados: 2025.12.10  
08:23:11 -03'00'

**KOWALSKI PROMOÇÃO DE EVENTOS**  
**34.602.689/0001-46**

**CHAPECÓ-SC 10 de dezembro de 2025**

**CIRCUITO RODEIO SHOW**

Re: Rodeio Country



De


Donna Lu Makeup <donnalumakeup@gmail.com>

Para

<secretariogoverno@cacador.sc.gov.br>

Data

2025-12-10 08:52

 ORÇAMENTO DONNA CACADOR.pdf (~175 KB)

SEGUE ORÇAMENTO COM VALOR TÍNHAMOS ENCAMINHADO O ANTERIOR SEM VALOR PEDIMOS DESCULPAS.

Em qua., 10 de dez. de 2025 às 08:45, Donna Lu Makeup <[donnalumakeup@gmail.com](mailto:donnalumakeup@gmail.com)> escreveu:

Bom Dia

Tudo bem ?

Abaixo orçamento

Em ter., 9 de dez. de 2025 às 19:47, <[secretariogoverno@cacador.sc.gov.br](mailto:secretariogoverno@cacador.sc.gov.br)> escreveu:

Olá, Boa noite,

Vimos através deste, solicitar orçamento para a realização de Show (Rodeio Country) com o artista Cesar Paraná.

O evento está previsto para ser realizado entre os dias 20 a 23/03/2026, no município de Caçador/SC, no Parque das Araucárias.

Atenciosamente,

Viviane Caramori Mendes

Secretaria Municipal de Governo

**DONNA LU CNPJ:26.629.937/0001-14 E-MAIL DONNALUMAKEUP@GMAIL.COM ENDEREÇO:  
FELIX DA COSTA GOMES Nº 103 BAIRRO JOÃO PAULO II TRÊS BARRAS -SC CEP 89490-000  
FONE 47 9 9614 5003**

**Bom dia**

**Primeiro agradecemos pela preferência**

**De 20 a 23 de março de 2026 para cidade de Cacador-SC**

**Arena de rodeio com 6 Bretes**

**Arquibancadas, 8 Degraus com tábuas de no mínimo 80 centímetros, passarela, de acordo com todas as especificações aprovadas pelo corpo de bombeiros (60 metros)**

**40 camarotes coberto, também seguindo as normas do corpo de bombeiros Sistema de sonorização e iluminação, conforme Rider (em anexo)**

**Sistema de imagem e transmissão conforme Rider (em anexo)**

**16 touros de rodeio, devidamente registrados na Cidasc ou órgão competente, com seus respectivos brincos**

**32 peões de rodeio, no mínimo 10 de renome nacional Premiação para as montarias, mínimo R\$ 10.000,00**

**Humorista de arena**

**3 salva vidas de rodeio 1 locutor comercial 1 comentarista de Rodeio**

**1 locutor de Rodeio(substituto)**

**1 DJ de rodeio**

**2 shows pirotécnicos para aberturas de rodeio, e 2 shows piro musicais, conforme Rider (em Anexo)**

**1juiz de rodeio 1 fiscal de Brete 1 cenário de abertura**

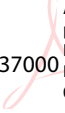
**porteiros, Eletricistadisponível, Médico veterinário, Arts, Toda PPCI Seguro de vida para todos os profissionais de Arena**

**vendas de camarotes e patrocínios, direito de exploração na venda de bebidas e comidas o rodeio country. Entrada será gratuito exceto cobrado áreas nobres.**

**DONNA LU CNPJ:26.629.937/0001-14 E-MAIL DONNALUMAKEUP@GMAIL.COM ENDEREÇO:  
FELIX DA COSTA GOMES Nº 103 BAIRRO JOÃO PAULO II TRÊS BARRAS -SC CEP 89490-000  
FONE 47 9 9614 5003**

**Forma de pagamento 20% assinatura do contrato 40% antes do inicio do show 40% no  
termino da apresentação**

**Valor R\$ 205.000,00 ( duzentos e cinco mil reais)**

DONNA LU		Assinado de forma digital
MAKEUP		por DONNA LU MAKEUP
LTDA:26629937000		LTDA:26629937000114
114		Dados: 2025.12.10 08:52:09 -03'00'


---

**Donna lu**

**CNPJ 26.629.937/0001-14**

**10/12/2025**

Re: Solicitação de orçamento para Rodeio Countri



De

douglas santos <grupodns2023@gmail.com>

Para

<secretariogoverno@cacador.sc.gov.br>

Data

2025-12-10 09:06

 documento20251210\_09043429.pdf (~450 KB)

olá

Orçamento conforme solicitado.

Em ter., 9 de dez. de 2025 às 19:51, <[secretariogoverno@cacador.sc.gov.br](mailto:secretariogoverno@cacador.sc.gov.br)> escreveu:

Olá, Boa tarde,

Vimos através deste, solicitar orçamento de estruturas completas para realização de Show (Rodeio Countri), mais especificamente para atender as necessidades do Artista Cesar Paraná.

O evento está previsto para ser realizado entre os dias 20 a 23/03/2026, no município de Caçador/SC, no Parque das Araucárias.

Atenciosamente,

Viviane Caramori Mendes

Secretaria Municipal de Governo



## ORÇAMENTO

Bom dia conforme solicitado via e-mail

Vimos através deste, solicitar orçamento de estruturas completas para realização de Show (Rodeio Country), mais especificamente para atender as necessidades do Artista Cesar Paraná.

O evento está previsto para ser realizado entre os dias 20 a 23/03/2026, no município de Caçador/SC, no Parque das Araucárias.

- **ARQUIBANCADAS:** montadas de forma a garantir e comportar a realização do evento, com avançado e seguro sistema de encaixe garantindo a segurança dos espectadores, com metragem mínima de 60 ( Setenta ) metros lineares de comprimento, dispostas com no mínimo 8 (oito) degraus, incluindo a passarela com a largura mínima de 1,44m sendo as tábuas do assento de no mínimo 72 (setenta e dois) cm de largura, espaçamento entre o espelho do degrau de no máximo 15cm, quebra degraus de 15cm de altura e 1,20 m, de largura, as grades de proteção frontal 1,10m de altura, laterais 1,10m de altura, e traseiras 1,80m de altura. Escada de acesso com no mínimo 2,20m de largura anti derrapantes em alumínio/ferro ou similar. Obs: Laudo de pintura das arquibancadas e teste de carga; resistencia mecânica e flambagem.
- **CAMAROTES:** em número mínimo 40 (quarenta camarotes , dispostos em 02 (dois) níveis (andares), com metragem mínima de 2,20 mt x 2,20 mt, estrutura metálica cobertura em tenda piramidal lona anti chama, com escadas de 2,20mt, de largura anti derrapantes em alumínio / ferro similar. Modo a comportar o número mínimo de dez (10) pessoas, em local que possibilite visibilidade privilegiada do rodeio e das apresentações artísticas.
- **ARENA DE RODEIO:** Com área mínima de 600 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), montada com material e em altura suficiente, com avançado e seguro sistema de encaixe, de modo a possibilitar segurança aos espectadores;  
**BRETES – PORTEIRAS e PORTEIRAS DE RETORNO:** no mínimo 06 (seis), de modo a acondicionar os animais;  
**QUERÊNCIA:** com capacidade para acondicionar todos os animais.  
**EMBARCADORES DE ANIMAIS**  
**ANIMAIS: BOIADA:** composta com, no mínimo, 16 (dezesseis) touros; treinados especialmente para Rodeio e acompanhados da respectiva Guia de Transporte de Animais (G.T.A.);  
01 médico veterinário devidamente cadastrado na CIDASC do estado de SC sendo responsável pela emissão da respectiva guia de transporte de animais (G.T.A) dos touros do Rodeio.

**SONORIZAÇÃO** para o rodeio e show sendo no mínimo; 2. P.A sendo total de doze Line e doze grave, Iluminação branca 10 máx. brut. 6.000 watts cada na treliça, Iluminação colorida 1 stroboode de 3.000 watts, 8 Bim ,1 canhão seguidor de 1.600 watts, 02 (dois) laser verde e 2 Painéis de Led, P10 com 06 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) 08 postes em estrutura metálica com 5 metros de altura cada para a decoração da arena.

SISTEMA DE SOM - PA:

12 LINE ARY 12" 2x Drive 750w RMS

8 SUB 2X18" 2400W RMS

1 AMPLIFICADOR 2.500 RMS  
1 AMPLIFICADOR 10.000 RMS  
2 AMPLIFICADORES 15.000 RMS BACKLINE:  
4 monitores ativos 12"  
4 torres Sleen com sub 18" + caixa 4x6" e  
drive  
sistema ativoCorpo de bateria Cubo de  
Guitarra  
2x12"Cubo de Baixo  
4x10" 12  
microfones com fio  
02 microfones sem fio 12 pedestais  
2 Man Power  
1 multicabo de áudio 32 vias  
2 mesas de som digital 32 canais – Midas1  
processador de áudio  
1 notebook

- Sistema de cabeamento completo

#### SISTEMA DE ILUMINAÇÃO: 16

moving Beam 9r 16  
moving aura 16 par led rgbwa 4 led cob  
4 mini brut

- 12 strobos

#### SISTEMA PAINEL DE LED 6X3M P4:

18 placas de painel de led p4 indoor1  
processador 4k  
1 notebook

- 1 multicabo de rede 80m e 8 vias

- **REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO RODEIO COM NO MÍNIMO;** 30 peões;  
premiação do rodeio de R\$ 10.000,00 (Sete Mil reais), 01 (um) assessor de arena, 02 (dois)  
porteiros, 02 (dois) salva vidas, 01 (um) locutor de voz padrão; 01 (um) juiz de rodeio  
devidamente filiado a CNAR (Confederação Nacional de Rodeio), 01 Comentarista 01 (uma)  
equipe de produção de arena

A empresa organizadora deverá disponibilizar no mínimo 01 Locutor de pista,  
comAnimais (G.T.A.);

01 médico veterinário devidamente cadastrado na CIDASC do estado de SC sendo  
responsável pela emissão da respectiva guia de transporte de animais (G.T.A) dos  
tours do Rodeio.

**SONORIZAÇÃO** para o rodeio e show sendo no mínimo; 2. P.A sendo total de doze Line e doze  
grave, Iluminação branca 10 máx. brut. 6.000 watts cada na treliça, Iluminação colorida 1  
stroboode de 3.000 watts, 8 Bim ,1 canhão seguidor de 1.600 watts, 02 (dois) laser verde e 2  
Painéis de Led, P10 com 06 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) 08 postes em estrutura metálica com 5  
metros de altura cada para a decoração da arena.

#### SISTEMA DE SOM - PA:

12 LINE ARY 12" 2x Drive 750w RMS  
8 SUB 2X18" 2400W RMS  
1 AMPLIFICADOR 2.500 RMS  
1 AMPLIFICADOR 10.000 RMS  
2 AMPLIFICADORES 15.000 RMS BACKLINE:





4 monitores ativos 12"  
4 torres Sleen com sub 18" + caixa 4x6" e  
drive  
sistema ativoCorpo de bateria Cubo de  
Guitarra  
2x12"Cubo de Baixo  
4x10" 12  
microfones com fio  
02 microfones sem fio 12 pedestais  
2 Man Power  
1 multicabo de áudio 32 vias  
2 mesas de som digital 32 canais – Midas1  
processador de áudio  
1 notebook  
• Sistema de cabeamento completo  
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO: 16  
moving Beam 9r 16  
moving aura 16 par led rgbwa 4 led cob  
4 mini brut  
• 12 strobos  
SISTEMA PAINEL DE LED 6X3M P4:  
18 placas de painel de led p4 indoor1  
processador 4k  
1 notebook  
• 1 multicabo de rede 80m e 8 vias

- **REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO RODEIO COM NO MÍNIMO;** 30 peões;  
premiação do rodeio de R\$ 10.000,00 (Sete Mil reais), 01 (um) assessor de arena, 02 (dois)  
porteiros, 02 (dois) salva vidas, 01 (um) locutor de voz padrão; 01 (um) juiz de rodeio  
devidamente filiado a CNAR (Confederação Nacional de Rodeio), 01 Comentarista 01 (uma)  
equipe de produção de arena
  - ✓ A empresa organizadora deverá disponibilizar no mínimo 01 Locutor de pista, com  
experiência em rodeios
  - ✓ Realização de 2 (Dois) show piro musical de no mínimo 04 (quatro) minutos na noite  
de abertura ou noite de encerramento do evento.
  - ✓ Apresentação de 01 (Um) Profissional Técnico Blaster responsável pela execução dos  
Piro Musicais.
  - ✓ Seguro de vida para todos os peões e profissionais envolvidos na arena de Rodeio  
conforme determinação legal.
  - ✓ 01(um) Geradore de Energia 250kwa
  - ✓ Fornecimento da ART/RRT referente as estruturas metálicas, sonorização iluminação,  
Geradores de energia.
  - ✓ Sonorização e iluminação compatíveis/conforme Rider técnico dos Shows artísticos;

Venda de bebidas e comidas, patrocínios, camarotes serão de exclusividade da nossa empresa  
a venda no rodeio country.



VALOR TOTAL R\$ (220.000,00) DUZENTOS E VINTE MIL REAIS

EMPRESA DM EMPREEDIMENTOS LTDA

CNPJ 44.562.381/0001-78

DATA 10/12/2025

ASSINSTURA

